



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF.º ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEI**

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
ARACAJU: Um estudo acerca da condição dos domicílios**

JOSEVALDO NASCIMENTO NETO

**ITABAIANA-SE
SETEMBRO/2025**

Josevaldo Nascimento Neto

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
ARACAJU: Um estudo acerca da condição dos domicílios**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia/DGEI, da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Ana Rocha dos Santos

ITABAIANA-SE
SETEMBRO/2025

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

	Nascimento Neto, Josevaldo
N244d	Desigualdades socioespaciais na região metropolitana de Aracaju: Um estudo a cerca da condição dos domicílios. Josevaldo Nascimento Neto. Orientadora Prof. ^a Dra. Ana Rocha dos Santos. Itabaiana, 2025. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia/DGEI, da Universidade Federal de Sergipe, 2025. 1. Desenvolvimento urbano 2.Domicílios 3. Segregação socioespacial. I. Ana Rocha dos Santos (Orientadora) II. Josevaldo Nascimento Neto III. Assunto CDU 308.9:711 (813.7) CDD 307.76

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE
ARACAJU: Um estudo acerca da condição dos domicílios**

JOSEVALDO NASCIMENTO NETO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Geografia/DGEI, da Universidade
Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção
do título de Licenciado em Geografia.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dra. Ana Rocha dos Santos
(Orientadora)**

**Prof.^o Dr. Mário Jorge Silva Santos
(Membro Externo)**

**Prof.^a Dra. Fabrícia de Oliveira Santos
(Membro Interno)**

AGRADECIMENTOS

A finalização de um ciclo é sempre muito memorável. O caminho para chegar até aqui foi de fato muito complexo e desafiador. Nesses quatro anos de curso, tive a oportunidade de passar por diferentes fases, desde alegrias, aprendizagens, aventuras e amizades, até as decepções, desapegos, indiferenças, desgastes, cansaços e ansiedades.

Diante dessa longa estrada de vida, chamada de UFS, gostaria de agradecer aos meus pais, que, mesmo sem muito estudo, fizeram da minha educação uma prioridade. Sobretudo através de seus incentivos, das compras de materiais escolares, das roupas passadas, da comida feita, da ajuda financeira. Agradeço também aos meus irmãos pelo apoio, pela proteção e por todo o amparo moral e emocional. Às minhas tias e vós por acompanharem e se preocuparem desde sempre com minha educação, e a todos os familiares que verdadeiramente torceram por mim.

Nessa jornada, formamos também nossa família não sanguínea, e a essa também devemos agradecer. A todos os(as) amigos e amigas que fiz durante esse tempo, em especial aos que já não fazem parte da rotina universitária, aos que mantive poucos minutos de contato, aos de longas conversas, aos que nunca desistiram de mim, aos que sempre estiveram ao meu lado, e aos que, graças aos céus, não são mais meus amigos, muitíssimo obrigado. Os nomes, não direi, pois sabemos o quanto carinho depositamos e desejamos para o outro e isso já é mais que o suficiente para formar amizades sólidas e verdadeiras.

Agradecer a quem doa seu tempo é fundamental nessa trajetória, e claro que não poderia esquecer dessa que foi muito além de uma orientadora, mas também uma amiga e uma inspiração. À professora Ana Rocha, obrigado por ter me aturado, obrigado pelas conversas, pelos conselhos, pelos ensinamentos, pelo tempo, pela dedicação, por ser essa pessoa ímpar, que me inspira a cada gesto e conduta. Para a professora que escolhi como orientadora desde o segundo período da graduação, muitíssimo obrigado!

Aos demais professores do DGEI, também gostaria de agradecer pela dedicação, o carinho e a compreensão. Pude viver a universidade de uma forma que nunca imaginei vivenciar. Ter professores tão dedicados e comprometidos com a educação e a ciência geográfica me inspirou e inspira a cada dia. Quero que saibam que cada um de vocês contribuiu para meu ser professor, cada um à sua maneira, mas com muito carinho e dedicação.

Por fim, e não menos importante, "bebo" um pouco de egoísmo e dedico essa última parte a mim mesmo, ou melhor, a meu eu do passado, aquela criança cheia de incertezas, medos,

receios e sonhos. Queria deixar registrado que conseguimos. Obrigado por ter sido forte por tanto tempo!

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a desigualdade socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju, resultante de um processo de urbanização desigual, que fragmenta o espaço e marca a segregação como expressão da desigualdade social, fundamento da sociedade capitalista. Para a realização do estudo, foi utilizada a pesquisa quanti-qualitativa, com análise de dados do IBGE, correspondentes aos dois últimos censos demográficos (2010 e 2022). Os dados investigados dizem respeito às condições dos domicílios e dos moradores quanto ao acesso a serviços essenciais, cuja análise contribuiu para interpretação da realidade estudada. Para tanto, foram elaborados gráficos, mapas e tabelas, assim como, realizado trabalho de campo para registro fotográfico dos diferentes bairros de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão. O levantamento e a interpretação dos dados, a observação da paisagem, o estudo comparativo das condições dos domicílios e dos moradores (2010 e 2022), foram realizados sob o fundamento teórico, baseado nos estudos críticos da Geografia, o que possibilitou a análise crítica do objeto de estudo. Ademais, a investigação possibilitou enxergar a segregação socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju (RMA) como ação de diferentes agentes, notadamente, o Estado na condução de políticas públicas de infraestrutura. Assim, foi possível constatar que a realidade urbana estudada na RMA, acerca da segregação socioespacial, é resultado da dinâmica da sociedade capitalista, o qual molda a realidade de qualquer espaço para atender seus interesses econômicos, políticos e financeiros.

Palavra-chave: Desenvolvimento urbano, Domicílios, Segregação socioespacial.

ABSTRACT

This research aimed to analyze socio-spatial inequality in the Aracaju Metropolitan Region, resulting from a process of uneven urbanization that fragments space and establishes segregation as an expression of social inequality, the foundation of capitalist society. The study used quantitative and qualitative research, analyzing IBGE data from the last two demographic censuses (2010 and 2022). The data analyzed relate to the conditions of households and residents regarding access to essential services, and the analysis contributed to the interpretation of the reality studied. Graphs, maps, and tables were created, and fieldwork was conducted to photograph the various neighborhoods of Aracaju: Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, and São Cristóvão. The data collection and interpretation, landscape observation, and comparative study of household and resident conditions (2010 and 2022) were conducted under a theoretical foundation, based on critical geography studies, which enabled a critical analysis of the object of study. Furthermore, the investigation allowed us to view the socio-spatial segregation of the Aracaju Metropolitan Region as an action of different agents, notably the State in implementing public infrastructure and housing policies. Thus, it was possible to conclude that the urban reality studied in the RMA, regarding socio-spatial segregation, is a result of the dynamics of capitalist society, which shapes the reality of any space to serve the interests of economic, political, and financial groups.

Keywords: Urban development, Households, Socio-spatial segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esgoto a céu aberto (2025)	42
Figura 02: Canal sem tratamento de esgoto (2025)	42
Figura 03: Canal sem tratamento de esgoto (2025)	43
Figura 04: Canal sem tratamento de esgoto (2025)	43
Figura 05: Esgoto a céu aberto (2025)	44
Figura 06: Esgoto a céu aberto (2025)	44
Figura 07: Esgoto a céu aberto (2025)	45
Figura 08: Rua com pavimentação precária (2025)	46
Figura 09: Rua com pavimentação precária (2025)	46
Figura 10: Pavimentação precária (2025)	47
Figura 11: Pavimentação precária (2025)	47
Figura 12: Domicílios precários (2025)	48
Figura 13: Ausência de calçamento (2025)	49
Figura 14: Conjunto habitacional (2025)	49
Figura 15: Canal sem tratamento de esgoto (2025)	50
Figura 16: Condomínio residencial Belas Artes (2025)	51
Figura 17: Bel Rio residence (2025)	51
Figura 18: Villas da Barra (2025)	52
Figura 19: Portal da Barra (2025)	52
Figura 20: Condomínio de alto padrão (2025)	53
Figura 21: Condomínio de alto padrão (2025)	54
Figura 22: Condomínio de alto padrão (2025)	54
Figura 23: Condomínio de alto padrão (2025)	55
Figura 24: Condomínio de alto padrão (2025)	55
Figura 25: Condomínio de alto padrão (2025)	56
Figura 26: Bairro de alto padrão (2025)	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de Domicílios por Rede geral de Água, Esgoto e Coleta de Lixo (2010)
.....32

Tabela 2: Número de Domicílios por Rede geral de Água, Esgoto e Coleta de Lixo (2022)
.....32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Domicílios por Rede Geral de Abastecimento de Água (2010)	27
Gráfico 2: Número de Domicílios por Rede Geral de Abastecimento de Água (2022)	27
Gráfico 3: Número de Domicílios por Rede Geral de Esgoto (2010)	28
Gráfico 4: Número de Domicílios por Rede Geral de Esgoto (2022)	29
Gráfico 5: Número de Domicílios por Coleta de Lixo (2010)	30
Gráfico 6: Número de Domicílios por Coleta de Lixo (2022)	30
Gráfico 7: População Residente por cor/raça (2010)	58
Gráfico 8: População Residente por cor/raça (2022)	58
Gráfico 9: Número de Alfabetizados e Não Alfabetizados (2010)	65
Gráfico 10: Número de Alfabetizados e Não Alfabetizados (2022)	66

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização da Região Metropolitana de Aracaju (RMA), Sergipe – Brasil	22
Mapa 02: Percentual de Domicílios por Rede Geral de Abastecimento de Água (2010)	33
Mapa 03: Percentual de Domicílios por Rede Geral de Abastecimento de Água (2022)	35
Mapa 04: Percentual de Domicílios por Rede Geral de Esgoto (2010)	36
Mapa 05: Percentual de Domicílios por Rede Geral de Esgoto (2022)	36
Mapa 06: Percentual de Domicílios por Coleta de Lixo (2010)	37
Mapa 07: Percentual de Domicílios por Coleta de Lixo (2022)	38
Mapa 08: Percentual de População Parda (2010)	60
Mapa 09: Percentual de População Parda (2022)	60
Mapa 10: Percentual de População Branca (2010)	61
Mapa 11: Percentual de População Branca (2022)	61
Mapa 12: Percentual de População Preta (2010)	62
Mapa 13: Percentual de População Preta (2022)	62
Mapa 14: Percentual de População Amarela (2010)	63
Mapa 15: Percentual de População Amarela (2022)	63
Mapa 16: Percentual de Indígenas (2010)	64
Mapa 17: Percentual de Indígenas (2022)	64
Mapa 18: Percentual de Alfabetizados (2010)	66
Mapa 19: Percentual de Alfabetizados (2022)	67

LISTA DE SIGLAS

COHAB/SE- Companhia de Habitação de Sergipe

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

Qgis- Quantum Geographic Information System

RMA- Região Metropolitana de Aracaju

REGIC- Região de Influência das Cidades

SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	17
1.1. Contexto Histórico.....	17
1.2. A Produção do Espaço Urbano e a Região Metropolitana de Aracaju (RMA).....	20
CAPÍTULO II – O ESPAÇO URBANO E A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL.....	24
2.1. O Acesso a Serviços Básicos.....	24
2.2. A Espacialização da Desigualdade na RMA.....	33
CAPÍTULO III – A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA RMA	40
3.1. As Condições dos Domicílios.....	40
3.2. Os Grupos Sociais Afetados.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

INTRODUÇÃO

Ao levar em consideração a desigualdade socioespacial dentro de um mesmo município, ou dentro de uma mesma região metropolitana, vale mencionar que a produção do espaço urbano se insere no conjunto das relações capitalistas que imprimem uma lógica de valorização do espaço nas cidades, independentemente de seu tamanho ou importância na rede urbana. Na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), as desigualdades socioespaciais podem ser analisadas através das condições dos domicílios, que revelam a realidade socioeconômica dos que vivem na cidade.

Diante disso, a análise deste espaço urbano expõe uma problemática recorrente, em que a cidade manifesta desigualdades e desafios no processo de reprodução do espaço urbano. A Região Metropolitana de Aracaju (RMA) apresenta significativas desigualdades e uma estruturação precária em seus municípios, o que impacta diretamente nas condições de vida de sua população.

Essa realidade pode ser analisada de maneira que possamos enxergar a segregação socioespacial como um conceito que reflete as contradições e complexidades do capitalismo na formação das cidades e municípios. No contexto urbano e nesse caso, metropolitano, a desigualdade é visível em sua paisagem, na qual, bairros ricos e bem estruturados coexistem com áreas pobres e carentes de infraestrutura. Essa dinâmica ocorre porque o capital é investido, sobretudo, em áreas que possam oferecer maior retorno econômico e financeiro, o que deixa outros espaços em situação de abandono.

Ademais, podemos afirmar que a realidade urbana e o processo de produção espacial da/na Região Metropolitana de Aracaju revelam, de forma crescente, desigualdades socioespaciais, as quais afetam direta e indiretamente a população dos seus municípios, sobretudo as classes sociais de baixa renda. Essa realidade motivou esta pesquisa, comprometida a investigar a expansão urbana considerando a fragmentação territorial e a segregação na RMA.¹

O objetivo de pesquisa foi analisar a Região Metropolitana de Aracaju e as desigualdades socioespaciais a partir do estudo da situação dos seus domicílios através dos dados secundários do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010 e 2022).

¹ O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, entre 2024 e 2025, a qual, a partir dos dados coletados e das discussões realizadas, motivou a ampliação do debate acerca das desigualdades socioespaciais presentes na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) e das condições de seus domicílios.

Para isso, foi utilizado como método científico o Materialismo Histórico Dialético, o qual tem como foco analisar os fenômenos estudados levando em consideração a análise da realidade a partir das suas determinações e contradições, como afirma Novack (1969):

Nossa lógica, o materialismo dialético, é em si a lógica da vida. Está transbordante de movimento, de vitalidade, de força. A lógica dos professores burgueses e pequeno-burgueses é mortal ao ser estudada e ensinada porque é a lógica de um universo estático, de coisas mortas. (Novack, 1969, p.35).

Por meio desse método, pôde-se fazer uma análise do espaço urbano como uma totalidade, pois o mesmo está em constante movimento e conexões com outras escalas, sobretudo, se levarmos em consideração um conjunto de relações sociais e históricas, resultado de um processo desigual e combinado, consequência do modo de produção capitalista e suas nuances no território brasileiro, e neste caso, sergipano.

Nesse viés, para cumprir os objetivos citados anteriormente foram realizadas pesquisas secundárias, através do levantamento de dados disponibilizados pelo IBGE acerca da situação dos domicílios na RMA, com foco no abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo, população residente por cor/raça e população alfabetizada, no período de 2010 – 2022. No entanto, os dados de renda, necessários para uma análise da desigualdade, não foram trabalhados porque ainda não foram disponibilizados pelo IBGE.

De abordagem quanti-qualitativa, foram combinados dados numéricos, estatísticos, espaciais e bibliográficos na análise crítica do objeto de estudo. Assim, é válido mencionar a importância da utilização dessa metodologia de pesquisa para que possamos fazer uma análise da realidade estudada.

Além disso, por meio do uso de geoprocessamento, através do Qgis, foram feitos mapeamentos dos setores censitários dos municípios que compõem a RMA, objetivando identificar os quais estão melhores servidos de infraestrutura urbana e os que carecem de serviços públicos básicos para a reprodução social, levando em consideração uma análise dos dois últimos censos e comparando suas mudanças.

Ademais, foi feita uma pesquisa de campo na qual observou-se a paisagem urbana a fim de identificar as diferenças na situação e condição dos domicílios, como também de suas localidades, acompanhada por registros fotográficos das áreas que demonstram a expressão espacial da desigualdade social. Para essa etapa, foram selecionadas as seguintes localidades: Os bairros Santa Maria, 17 de Março, Porto Dantas, Aruana, Coroa do Meio, Treze de Julho, Jardins, América e Industrial, para Aracaju. Atalaia Nova, Centro, Rio das Canas, Alphaville e

Brisas de Atalaia para a Barra dos Coqueiros; São Brás, Bairros Marcos Freire II e III, em Nossa Senhora do Socorro; Bairro Rosa Elze, Rosa Maria e Bairro Eduardo Gomes, em São Cristóvão.

No primeiro capítulo, foi exposta uma análise de formação e produção do espaço urbano ao decorrer de diferentes épocas históricas, levando em consideração seus respectivos modos de produção. Além disso, foi feita uma análise acerca da atuação do capitalismo na produção do espaço, no Brasil e na Região Metropolitana de Aracaju – RMA.

No segundo capítulo, foi discutida a desigualdade socioespacial na RMA, sustentada por conceitos e dados que enfatizam as afirmações expostas. No terceiro e último capítulo, realizou-se uma discussão acerca dos grupos sociais que mais são afetados pela dinâmica do capital no espaço urbano, amparando-se na noção de segregação socioespacial, por meio da análise de imagens e dados coletados.

Assim, o seguinte trabalho demonstra como está a situação dos domicílios na Região Metropolitana de Aracaju, e como o modo de produção capitalista, através dos agentes produtores do espaço, modifica e produz o espaço urbano. Além de permitir visualizar o espaço urbano enquanto local de luta e de enfrentamento, por compreendê-lo como parte fundamental no entendimento da ação do capitalismo.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

1.1 Contexto Histórico:

O espaço urbano se apresenta, assim como vários outros, de forma dinâmica e, conseqüentemente, mutável. Antes mesmo da definição de cidade que temos na atualidade, já havia, ao redor do mundo, diferentes aglomerados de pessoas os quais, levariam a humanidade até a presente forma espacial que conhecemos como espaço urbano. Sendo assim, retornar brevemente ao passado nos permite entender seus processos, transformações e características que vão ressoar, conseqüentemente, na constituição da Região Metropolitana de Aracaju.

Historicamente, a ideia de cidade se constituiu de modo bem diferente da que temos nos dias de hoje. Segundo Sposito (1988), no livro *Capitalismo e Urbanização*, durante o Paleolítico, os seres humanos eram nômades, ou seja, não se fixavam em um lugar específico, exceto pela preocupação com seus mortos. Essa afirmação remete ao que Sposito, citando Mumford, afirma que os mortos foram os primeiros a ter moradia fixa (Sposito, 1988). Naquele período, pode-se notar a marca inicial para o surgimento de uma civilização, pois, por mais que não tivessem moradia fixa, os grupos humanos se relacionavam com alguns lugares conforme sua utilidade não se limitando apenas aos "cemitérios", mas também as cavernas, que serviam como abrigo.

Seguindo essa linha temporal, será no Neolítico que ocorrerão efetivamente as primeiras bases que sustentarão a fixação dos seres humanos, sendo elas a domesticação dos animais e o cultivo de alimentos: a agricultura. Essa realidade se mostra possível através do conhecimento da dinâmica natural em que essas pessoas estavam inseridas, incluindo o uso e construção de ferramentas e a proximidade com fontes de água, como rios.

O que faltava para a formação de uma cidade, ainda segundo Sposito (1988), era uma organização social mais complexa. Com o passar do tempo, os caçadores dessas aglomerações de pessoas vieram a se tornar seus líderes e, posteriormente, seus reis. A dependência aos mesmos, originou os tributos e oferendas, que eram, de certo modo, os excedentes agrícolas daquela população, entregues ao rei por agradecimento e respeito, ou até mesmo em troca de proteção.

Essa prática resultou no embrião de uma sociedade de classes efetiva, pois ficou estabelecido quem estava a serviço de quem, dando à humanidade a última condição necessária para o surgimento das cidades: uma relação de dominação e as atividades não-agrícolas. Ao longo dessas transformações, por mais que as cidades tenham estado presentes em diferentes

modos de produção, nenhum os transformou tanto quanto o capitalismo. Com o declínio do feudalismo e o ressurgimento do comércio a partir do excedente alimentar, os comerciantes conquistaram autonomia perante os antigos feudos. Assim, com o crescimento de riqueza acumulada e a união dos que compartilhavam desses privilégios, algumas cidades obtiveram autonomia, tornando-se destino de servos fugitivos de outros feudos. Como bem cita Sposito (1988): "Com o fortalecimento da burguesia comercial proporcional ao crescimento de sua riqueza, de seu capital acumulado, muitas cidades obtiveram sua autonomia e passaram a ser o destino dos servos que fugiam dos feudos, estimulados pela burguesia." (Sposito, 1988, p. 36-37)

Naquele período, as relações de trocas comerciais passaram a ser mediadas por moeda, um equivalente geral, permitindo que os vendedores alcançassem seu objetivo de venda e lucro, sem precisar trocar seu produto por outro que não usariam. As relações econômicas evoluíram de M-M (troca de mercadoria por outra mercadoria) para M-D-M (venda de mercadoria para aquisição de mais mercadorias). Com o tempo, essa dinâmica muda, além de comprar mercadorias, os comerciantes passaram a vendê-las por um valor superior ao seu custo real, gerando um excedente, dinheiro que viria a ser considerado capital (D-M-D¹), constituindo a acumulação primitiva do capital. "A usura passa a ser largamente praticada, embora oficialmente a Igreja continue a condená-la." (Sposito, 1988, p. 38)

A burguesia encontrou na realeza, terreno fértil para realização de seus anseios políticos e econômicos, sobretudo por meio de seu caráter mercantil. Como afirma Sposito (1988): "A aliança da burguesia comercial com o rei permitiu a formação dos Estados Nacionais Absolutistas." (Sposito, 1988, p.42). Através desse "casamento", a antiga ordem feudal foi ruindo, sobretudo após o fim do monopólio feudal sobre a produção alimentar, resultando na transformação da terra em mercadoria, um dos pilares que sustentam a segregação socioespacial atual.

Para ampliar seu interesse econômico de acumulação, esses mesmos Estados Absolutistas seguiram outros caminhos, como foi o caso das Grandes Navegações. Com o objetivo da busca por matérias-primas e mercadorias que tivessem peso no comércio europeu, esses Estados exploraram distintos contingentes de terras ao redor do mundo. Foi nesse período, com a chegada dos portugueses em terras sul-americanas, que o então território, hoje Brasil, se constituiria.

Esse mesmo país foi, durante séculos, um território essencialmente agrário, sustentado pelo trabalho forçado e no comércio transatlântico de africanos escravizados. De início, suas cidades tinham como função marcar a presença e o poder da coroa portuguesa, ao levar em

consideração o perfil continental do território brasileiro e por consequência, sua difícil administração.

O objetivo principal naquela época era manter o poder político e administrativo das terras colonizadas, nesse sentido, o papel principal das cidades e as atividades realizadas no território eram pautadas por meio de uma lógica político-administrativa adotada pelos portugueses através das capitânicas e do governo-geral. Suas principais atividades econômicas foram, sem dúvida, as atividades exercidas no campo, proveniente de trabalho escravo e do comércio de pessoas. Essa dinâmica vai perdurar no Brasil por mais de 300 anos, resultando em um país de industrialização tardia, com impulso dessa atividade apenas por volta da década de 1930 – 1940.

Na Europa, por outro lado, o comércio de escravizados não se sustentava economicamente como antes, e suas relações internas se constituíam de forma distinta da presente no Brasil. Enquanto no século XVIII, a Europa já iniciava sua industrialização, o Brasil ainda se mantinha em um modelo agrário-exportador, de base escravagista. Nesse sentido, o que possibilitou esse processo dentro do continente europeu, além do capital acumulado foi, sem dúvidas, a busca e exploração de matérias-primas em suas colônias.

Com isso, a dinâmica econômica vai mudar completamente, a humanidade sairá de uma lógica em que a riqueza era validada pelo trabalho servil para uma sociedade em que a riqueza será proveniente da exploração do trabalho “livre” assalariado e da propriedade privada que vão definir o lugar de cada indivíduo na sociedade. A terra torna-se a principal mercadoria, e sua função primordial de produção de alimentos para a subsistência, sobretudo no continente europeu, transforma-se em um local de produção de matéria-prima e mercadorias, expulsando populações do campo para a vida na cidade, não havendo opções a não ser trabalhar nas surgentes fábricas.

Com o capitalismo industrial, a cidade vai assumir um papel de centralidade, essa dinâmica faz parte de mais um pilar que sustenta e transforma o espaço urbano como principal local onde o capitalismo poderá se reproduzir de forma plena. Essa centralização entrega ao capitalismo um local perfeito para sua reprodução, onde será possível encontrar um aglomerado populacional e os meios de produção onde essas pessoas serão exploradas. Neste sentido, como aponta Carlos (1988):

A indústria, por sua vez, para se desenvolver pressupõe a concentração espacial beneficiando-se daquilo que os economistas chamam de “economias de aglomeração”: infraestrutura, mão de obra, proximidade de outras indústrias complementares, mercado diversificado economia dos gastos de produção. (Carlos, 1988, p. 35-36)

Dentro desse processo, os trabalhadores que vendem sua força de trabalho visando sobreviver e se manter, mediante um modelo de assalariamento, destinam suas remunerações, sobretudo, para suas necessidades básicas como alimento, transporte, educação e moradia. Essa dinâmica é estruturada, de forma a atender aos interesses capitalistas, pois estando os meios de produção fixados em um local no qual residem seu exército de reserva, nada mais estratégico do que permitir sua reprodução mínima de sobrevivência.

Desse modo, o espaço urbano transforma-se em ambiente de reprodução da desigualdade socioespacial, o qual em decorrência do modo de produção capitalista, carrega consigo a capacidade dupla de atender as necessidades do mercado, ao mesmo tempo que assegura, de forma limitada, alguns direitos à classe trabalhadora, mantendo a lógica de exploração em funcionamento.

1.2 A Produção do Espaço Urbano e a RMA:

O estudo do espaço urbano é sem dúvida um dos mais complexos dentro da Geografia. Analisá-lo requer uma atenção a mais, pois nele apresenta um emaranhado de relações e estruturas que exigem do pesquisador atenção em suas análises. Seguindo a ideia apresentada no tópico anterior acerca da formação do espaço urbano, podemos afirmar que as relações capitalistas, durante e após a Revolução Industrial, transformaram os antigos aglomerados de pessoas em uma estrutura complexa e hierarquizada.

Para entender melhor essa afirmação, se faz necessário um aprofundamento acerca de alguns aspectos presentes nesse espaço e em suas relações internas e externas. De início, pode-se afirmar que, dentro da chamada hierarquia urbana, as cidades são organizadas em diferentes níveis de importância, cada uma desempenhando funções específicas e integrando variáveis rede de serviços e relações, REGIC (2018).

Enquanto uma cidade pequena mantém relações simples, uma metrópole abriga redes intensas de interações, que vão desde o comércio internacional até a produção de conhecimento e inovação tecnológica, ao mesmo tempo que ambas estão direta e indiretamente conectadas por diferentes meios. Essa estrutura hierárquica revela como o espaço urbano está organizado e como as cidades se relacionam, formando um sistema dinâmico e essencial para o funcionamento do sistema capitalista.

Dentro desse debate, pode-se afirmar que, nessa dinâmica hierárquica, a metrópole se destaca como a localidade de maior “importância”, concentrando o maior número de funções e serviços, além de exercer ampla influência. Sua formação é parte do processo de constituição do espaço urbano, ligada diretamente a uma forte presença industrial, concentração de

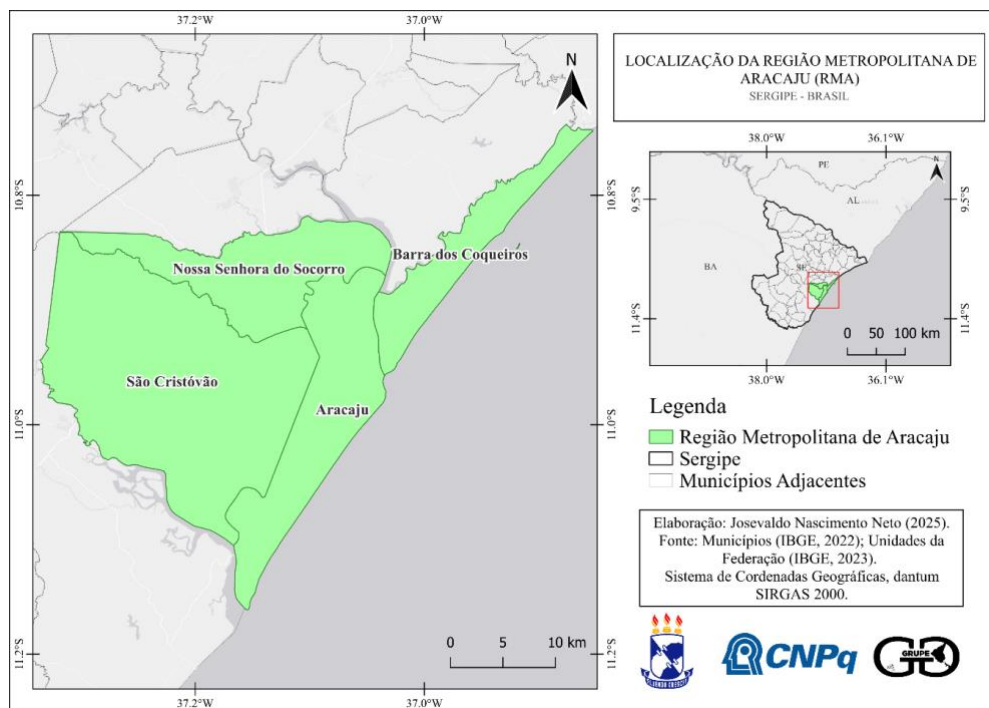
investimentos, multinacionais e a conexão com outras redes nacionais e internacionais através da produção e circulação de mercadorias, pessoas e informações.

Segundo a REGIC (2018), as cidades seguem uma linha hierárquica, a partir das funções e influência que exercem sobre outros centros urbanos. Nesse sentido, podemos organizar as cidades brasileiras da seguinte forma: Metrópole, Capital Regional, Centro Sub-regional, Centro de Zonas e Centro Local.

Cada uma delas detém um poder de influência particular, como, por exemplo, Aracaju, que, enquanto capital regional, apresenta uma alta concentração de atividades e serviços, mas com alcance menor em comparação com as metrópoles, ao mesmo tempo em que se sobrepõe às demais hierarquias abaixo dela.

Nesse viés, no que tange à Região Metropolitana de Aracaju (RMA), foi constituída no ano de 1995, por meio da Lei Complementar Nº 25, de dezembro de 1995, que em seu primeiro artigo já estabelece sua formação: “**Art. 1º** Fica criada a Região Metropolitana de Aracaju, com vistas à realização, de forma integrada, das ações de organização, de planejamento e de execução de funções públicas de interesse comum.”

Por meio deste, ficou definido, que a RMA seria constituída pelos Municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros (Mapa 1). Assim, cumprindo seu papel de capital regional, Aracaju se destaca não apenas como capital do estado de Sergipe, mas ao decorrer dos anos foi exercendo influência econômica, social ou até mesmo empregatória sobre diferentes cidades sergipanas e de estados vizinhos como Bahia e Alagoas. “De uma pequena cidade praticamente sem favelas e pouca concentração de renda, evoluímos para um aglomerado urbano complexo, fragmentado e que acabou por ultrapassar os limites do pequeno município da capital.” (França, 1999, p.17)

Mapa 01²

Com isso, para melhor entender o processo de formação e segregação ocorrido na RMA e as condições dos seus domicílios, faz-se necessário levar em conta alguns fatos. Sob essa perspectiva, França (1999) afirma, na década de 1970, inicia-se o processo de metropolização em Sergipe, juntamente com a exploração dos recursos minerais, sobretudo os referentes à PETROBRAS. Além disso, com a criação da Universidade Federal de Sergipe, a implantação do distrito industrial de Aracaju e das políticas habitacionais desenvolvidas pela Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB), transformaram a capital do estado em um forte ponto de atração para a migração, nos últimos trinta anos.

França (1999), ainda afirma que essa migração não se deu apenas entre os sergipanos, também foram atraídos para Aracaju pessoas de outros estados, como Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, com o objetivo de trabalhar nas empresas estatais, pessoas que eram residentes de áreas urbanas em suas cidades de origem e tinham um conhecimento e uma formação necessária para trabalhar nessas empresas.

Nesse sentido, a capital, juntamente com os municípios que formam sua Região Metropolitana, foram crescendo em população, contando hoje com um total de 932.210 (IBGE,

² As logomarcas presentes em todos os mapas produzidos neste trabalho referem-se ao brasão da Universidade Federal de Sergipe (UFS), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Estudos Urbano-Regionais, Política e Educação (GRUPE).

2022) habitantes presentes na RMA, resultado do processo de concentração e centralização de atividades produtivas e de poder político-administrativo.

Assim, é válido mencionar que a RMA se caracteriza, assim como todo o território brasileiro, como uma região resultante de um processo socioeconômico, pautado no “regime de posse e uso da terra e na herança de uma sociedade tradicional, apresentando forte desigualdade em razão de fatores de ordem histórica, econômica, cultural e espacial que (re)definem as relações sociais em todo o território.” (Santos, M.; Santos, A., 2021, p. 124).

Isso significa que, dentro da dinâmica urbana, ou mais especificamente de uma região metropolitana, o regime de posse e propriedade da terra desempenha um papel crucial na organização e no desenvolvimento das cidades. Assim, é por meio desse processo que entendemos questões como condições habitacionais, uso e valorização do solo, planejamento urbano e até mesmo os conflitos sociais presentes nesses espaços.

Essa realidade depara-se juntamente com a construção de conjuntos habitacionais e empreendimentos imobiliários, que desencadearam a valorização do solo urbano na região, e através dessa ação, que nas cidades da RMA, se estenderam em todas as direções, e acompanhado da construção de rodovias e loteamentos, valorizou-se o solo, estimulando a ampliação e o fortalecimento do mercado imobiliário.

Se levarmos em consideração que o capitalismo se expande com a atuação do Estado como seu maior contribuinte e mediador, é válido afirmar que a existência de diferentes realidades presentes em áreas residenciais como condomínios e bairros, são frutos da ação do mesmo e de outros agentes produtores do espaço, como os proprietários fundiários, construtoras, incorporadoras e, também, os sujeitos excluídos, que lutam pelo direito à vida na cidade.

Nesse sentido, é preciso lembrar que existe um diferencial espacial na localização das residências ditas como adequadas e com qualidade, sobretudo no que se refere ao valor da terra, ou seja, os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, sendo assim, apenas pessoas com renda mais alta poderão adquiri-los. Os terrenos com menores preços, conseqüentemente, serão “mal localizados”, com pouca infraestrutura urbana especificamente para a população de menor renda.

Nesse caso, além do Estado, as classes dominantes também contribuem para essa segregação, como enfatiza Corrêa (1995), quando cita que as classes dominantes ou uma de suas frações segregam os outros grupos sociais na medida em que o mercado de terras, a incorporação imobiliária e as construtoras, direcionam seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.

CAPÍTULO II

O ESPAÇO URBANO E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

2.1 O acesso a serviços básicos:

Para se entender a desigualdade socioespacial, faz-se necessário compreender algumas questões que influenciam essa realidade. Nesse viés, podemos afirmar que o espaço urbano, assim como várias outras realidades presentes no modo de produção capitalista, tornou-se lócus de acumulação e reprodução do capital, através da valorização da terra, a qual detê-la torna-se sinônimo de poder.

Para a acumulação capitalista, se faz necessário a presença do que Corrêa (1995), em seu livro, *O Espaço Urbano*, chama de agentes produtores do espaço. São eles, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A paisagem urbana reflete a atuação desses diferentes agentes, que disputam as parcelas da cidade.

Os proprietários dos meios de produção que atuam de modo que a configuração espacial se realiza de acordo com seus interesses, concentrando e centralizando em determinados locais da cidade. Seus interesses, segundo Corrêa (1995), estão ligados à retenção da terra, criando uma escassez de oferta e o aumento de seu preço, ampliando, desse modo, o valor da mesma. Em alguns casos, segundo o autor, a criação de áreas fabris por esses agentes modela as cidades, produzindo um espaço urbano bem característico.

Com relação aos proprietários fundiários, Corrêa (1995) afirma que os mesmos estão mais interessados em converter as terras rurais em terras urbanas, ou seja, têm como objetivos a expansão da cidade para a valoração das suas terras. Os promotores imobiliários, por sua vez, podem ser considerados não apenas como uma única unidade, mas vários, que atuam em uma mesma lógica, dentre eles, podem ser citadas as incorporadoras e construtoras.

O Estado, por meio de seu papel mediador, constrói e faz uso de seus poderes constitucionais no intuito de atender de forma contraditória os interesses das distintas classes sociais, mediando conflitos, mas, para manter a lógica do capital funcionando. Para Santos (2021):

No nosso caso específico, a ação do Estado na formação dialética da RMA, ao assumir a política habitacional, assume também a função de promotor imobiliário, construindo conjuntos habitacionais, na tentativa de resolver o problema da moradia ou de oferecer estruturas para o desenvolvimento industrial, construindo essas moradias em áreas limítrofes ao município de Aracaju, ou afastadas da mancha urbana consolidada. (Santos, 2021, p.17)

Por fim, mas não menos importante, temos os grupos sociais excluídos, que, segundo Corrêa, “É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos se tornam, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes.” (Corrêa, 1995, p. 30)

Nesse sentido, para entender melhor esse processo e como esses agentes atuaram e atuam dentro da RMA, faz-se necessária abrir uma discussão acerca do desenvolvimento urbano, importante para entender a área de estudo. De início, podemos afirmar que esse desenvolvimento está ligado em sua totalidade à atuação do Estado na transformação e crescimento das cidades, em especial, de Aracaju, envolvendo estruturas e aspectos físicos (estradas e rodovias), sociais (conjuntos habitacionais e condomínios fechados) e econômicos (áreas comerciais e industriais).

Como já foi citado brevemente na introdução desta pesquisa, a RMA inicia-se a partir da Lei Complementar Nº 25, de dezembro de 1995, que estabeleceu sua criação. Entretanto, sua formação é fruto do desenvolvimento urbano e de políticas públicas, mais especificamente, das políticas habitacionais aderidas por diferentes governos ao longo da história do país.

Santos (2021), em seu livro, *Segregação Socioespacial e a Política Habitacional na RMA*, destaca bem o processo de formação da região e, nesse viés, o papel do Estado e das políticas de desenvolvimento urbano na área, sobretudo por meio da COHAB (Companhia de Habitação de Sergipe).

Santos (2018) ainda menciona que, a COHAB/SE construiu os primeiros conjuntos residenciais entre os anos 1968-1971, resultado de uma política criada pelo Governo Federal. Esse plano político teve antes de tudo, um viés econômico, motivado pela crise do capital dos anos 1970, fazendo com que, por meio dessas políticas, o mercado pudesse se movimentar e assim, amenizar as consequências da crise capitalista.

Para atender à demanda de construção, mediante dificuldades de preço e localidade dos terrenos para a edificação das habitações dentro da capital, a COHAB iniciou a compra de terrenos nos municípios vizinhos de Aracaju, como Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, conformando assim a Região Metropolitana de Aracaju. Como afirma Santos (2021):

As ações do Estado por meio das políticas de acesso à habitação reconfiguram a situação atual, marcada pela inserção controladora do sistema financeiro imobiliário que, com o apoio do Estado, oferece as condições estruturais para que se reproduza dominando o espaço regional de Aracaju. (Santos, 2021, p. 37)

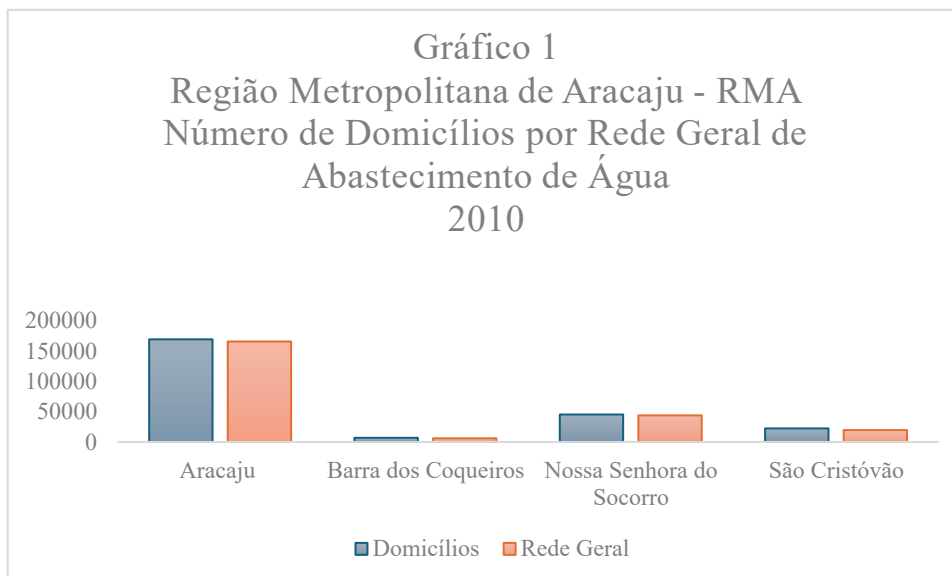
Essas políticas vão se tornando frequentes ao decorrer de vários governos. Mesmo com a extinção de alguns órgãos e construção de outros, o objetivo neoliberal ou como o próprio Santos (2021) coloca, neodesenvolvimentista, estende-se inclusive até o governo do Partido dos Trabalhadores – PT, com a criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do Programa Minha Casa Minha Vida.

Essas políticas resultaram em situações que se manifestam no espaço urbano como forma de segregação até os dias de hoje. Pensando nisso, para observar melhor como evoluiu e se encontra a Região Metropolitana de Aracaju e seus domicílios, foram expostos a seguir, dados e informações que demonstrem espacialmente essas afirmações. Além de apresentar as condições de suas habitações.

Segundo Rolnik, R., Klink, J., (2011), para um domicílio ser considerado como “adequado” conforme variáveis do censo IBGE, faz-se necessário seguir alguns critérios. No perímetro urbano, para cada variável citada, serão definidas as condições adequadas: assim, as moradias devem possuir rede geral de abastecimento de água ao menos em um cômodo, possuir energia elétrica, fazer uso da rede geral de esgotamento sanitário, serviço de limpeza e coleta de lixo. O número de banheiros deve ser maior que zero, os domicílios devem ser localizados fora dos aglomerados subnormais e ser um imóvel particular, ou seja, casa própria, além de uma densidade de moradores por cômodo menor ou igual a dois.

Assim, por meio da coleta, caracterização e análise dos dados obtidos através do site SIDRA – IBGE, podemos observar algumas particularidades que caracterizam a Região Metropolitana de Aracaju, sobretudo quando se observa minuciosamente cada um dos municípios que a compõem.

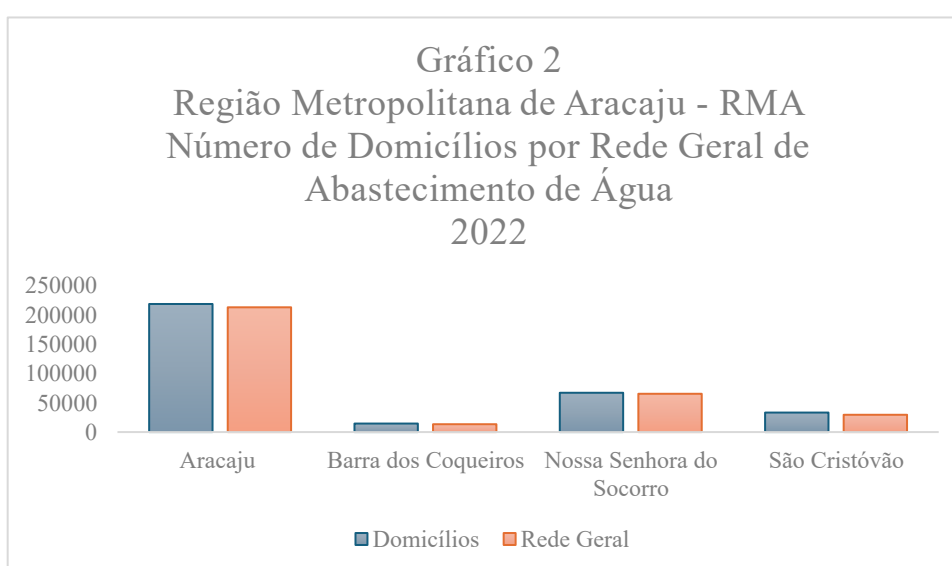
Conforme apresentado no gráfico 1, referente ao ano de 2010, pode-se notar que o número total de domicílios em Aracaju aproximava-se dos que dispõem da rede geral de água, o que indica que naquele ano, quase toda a população era abastecida pela rede geral. Para se ter uma ideia, dos 169.493 domicílios registrados, 165.958 tinham a rede geral de água como sua principal forma de abastecimento, contemplando cerca de 97,91% das casas.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

Entretanto, segundo os dados apresentados no gráfico 2, podemos ver uma diferenciação um tanto quanto maior comparada há doze anos. Isso se dá, sobretudo, porque o número de casas com a rede geral como forma de abastecimento não acompanhou o total de domicílios existentes no censo de 2022, o qual teve um aumento de 49.050, comparado com o último censo. No referido ano, cerca de 212.892 dos 218.543 domicílios tinham a rede geral como forma de abastecimento de água, ou seja, cerca de 5.651 domicílios não têm ou fazem uso de outra forma de abastecimento, contemplando 97,41% das casas, um percentual menor de cobertura desse serviço, comparado ao último levantamento.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

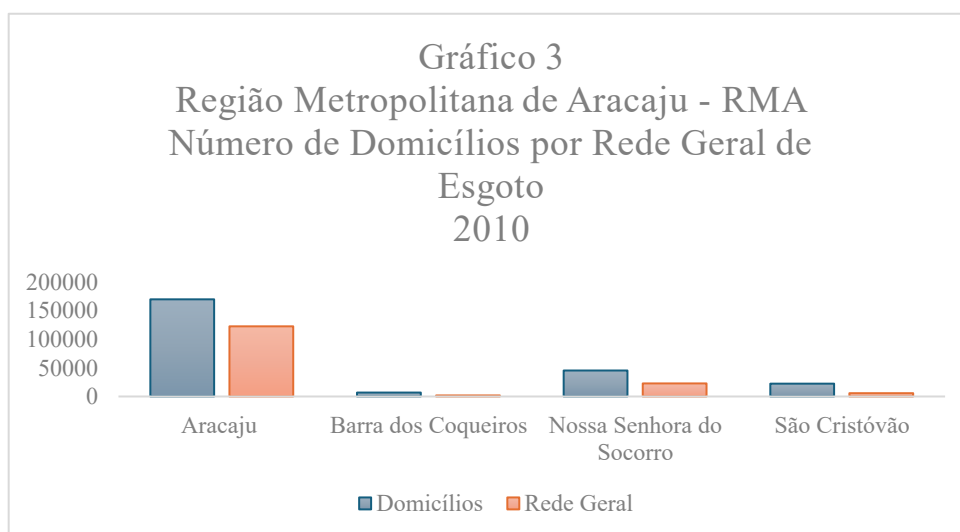
Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

Nossa Senhora do Socorro segue como a segunda maior em números. Nesse sentido, em 2010, dos seus 45.322 domicílios registrados, 43.878 tinham a rede geral como forma de abastecimento de água, contemplando 96,81% do seu total. Já em 2022, dos 67.055 domicílios, apenas 65.332 tinham essa mesma rede, um total de 97,43% de casas contempladas, sendo 1.723 domicílios sem ou com outra forma de acesso à água.

O município de São Cristóvão também apresentou uma realidade própria, tanto em número total quanto em diferenciação ao passar dos anos. Assim, pode-se destacar que dos 22.379 domicílios (2010), 19.628 tinham abastecimento através da rede geral de água, contemplando 87,69% do seu total, com cerca de 2.751 domicílios sem acesso a essa rede, em 2010. No segundo gráfico, além de ter tido um aumento significativo comparado ao último censo, dos 33.278 (2022) que compõem o total dos seus domicílios naquele ano, 29.502 tinham a rede geral como forma de abastecimento de água, contemplando apenas 88,65%, porcentagem menor aumento percentual dentre os quatro municípios.

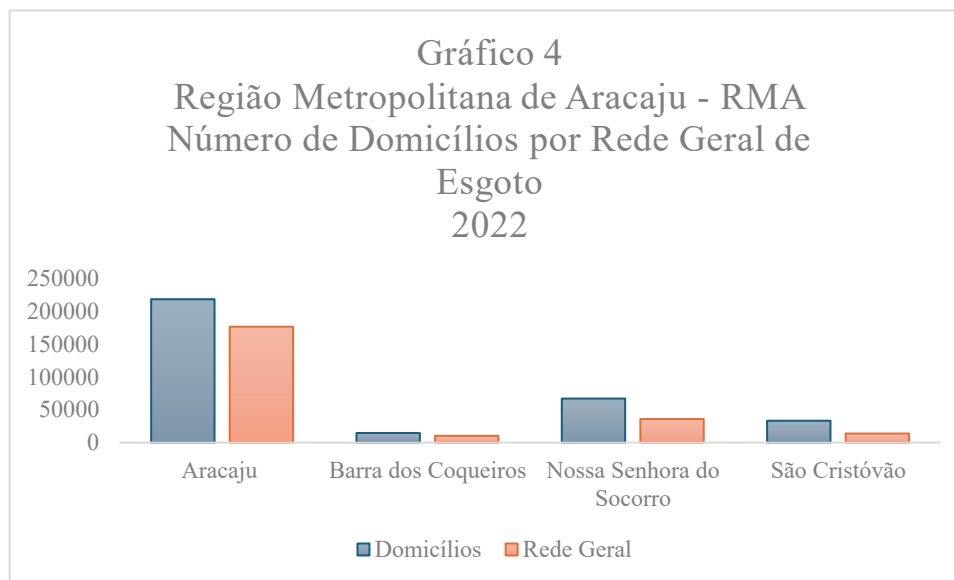
Na Barra dos Coqueiros, os números se mostraram significativos de um censo para o outro. Em 2010, seu total era de 6.846, dos quais, 5.996 estavam abastecidos pela rede, o que representou cerca de 87,60%. Já em 2022, dos seus 14.529 domicílios, 13.386 tinham a rede geral como forma de abastecimento de água, cerca de 92,11%, maior inclusive que São Cristóvão.

Conforme os gráficos 3 e 4, que fazem referência ao número de domicílios por Rede Geral de Esgoto na Região Metropolitana de Aracaju nos anos de 2010 e 2022, nota-se uma situação em que é fácil visualizar um aumento significativo do número de domicílios e uma carência quanto ao abastecimento da rede geral de esgoto e políticas públicas de saneamento básico.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

Nesse sentido, assim como feito anteriormente, também nesse e nos demais casos serão realizadas caracterizações dos gráficos apresentados, como uma forma de traduzir o que eles representam. Sendo assim, em 2010, Aracaju, do seu total de domicílios contabilizados, apenas 122.385 faziam o uso da rede geral de esgoto, ou seja, cerca de 72,21%. Já, segundo o censo de 2022, dos números totais, 176.569 dos domicílios faziam o uso dessa mesma rede, aproximadamente 80,82%. Percebe-se aqui o que já foi citado anteriormente, em que o número de domicílios teve um aumento ao longo dos anos, mas o acesso e uso da rede geral de esgoto não acompanhou esse crescimento de forma considerável.

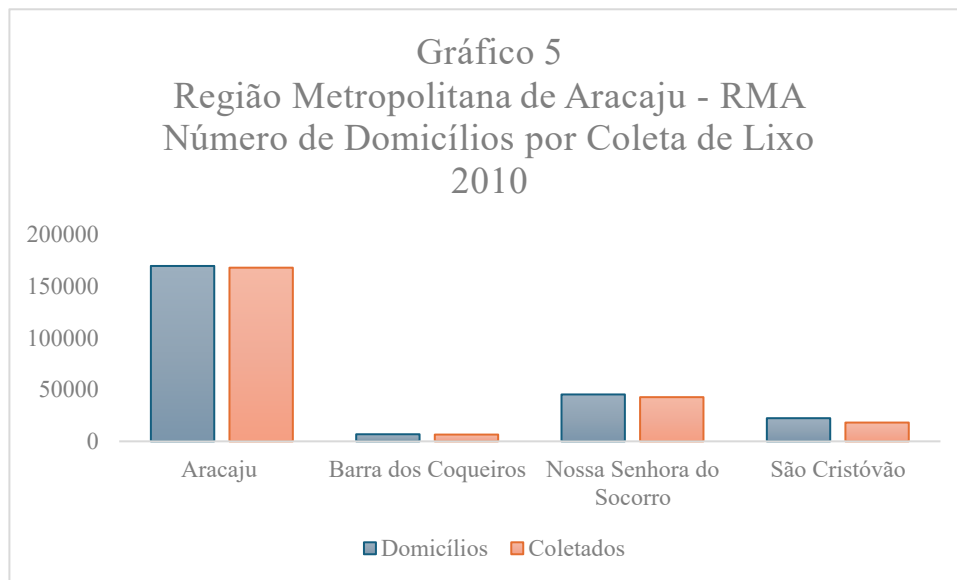
Em Nossa Senhora do Socorro, podemos observar um cenário parecido, isso porque dos 45.322 domicílios registrados no censo de 2010, apenas 22.783 tinham acesso à rede geral de esgoto, o que representa 50,26% do total. Isso, comparado a 2022, dos 67.055, apenas 35.889 tinham acesso, ou seja, cerca de 53,50%, um aumento um pouco menor comparado a São Cristóvão e a Barra dos Coqueiros.

Em São Cristóvão, nota-se que, apesar do aumento de número de domicílios com acesso ao esgoto, a situação ainda é muito precária, diante do número de domicílios que não faz uso desse serviço. Para ter uma ideia, em 2010, o município contava com cerca de 22.379 domicílios, dos quais apenas 5.755 tinham ou faziam uso da rede geral de esgoto, cerca de 25,72%. No caso mais recente, em 2022, dos seus 33.278, passaram a ter acesso ao serviço, 13.785 domicílios, contemplando 41,43% do seu total registrado. Um aumento significativo,

comparado a seu último censo, mas que ainda é um serviço precário no atendimento à população.

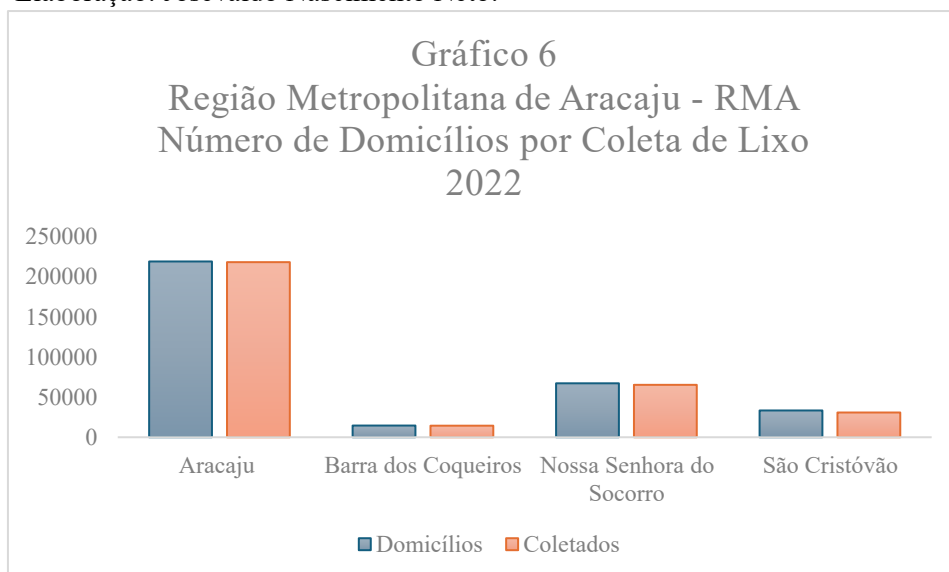
A Barra dos Coqueiros foi o município com a mudança mais significativa, com um total de 6.846 domicílios em 2010, apenas 1.828 estavam contemplados com a rede, o que representava 26,70%. Já no último censo, dos seus 14.529 domicílios, 10.249 tinham a rede geral de esgoto como uso, mais ou menos 70,53%. Isso se deu por conta dos empreendimentos imobiliários que foram instalados no município.

No que se refere aos domicílios com serviço de coleta de lixo em suas casas, representados nos gráficos 5 e 6, nota-se que havia a prestação desse serviço quase na totalidade dos domicílios em 2010.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

Nesse viés, pode-se afirmar que Aracaju, com seus 169.493 domicílios, cerca de 167.841 tinham acesso à coleta de lixo, o que equivale a 99,03%, em 2010. Em 2022 houve um pequeno aumento do atendimento à coleta de lixo, pois dos 218.543 domicílios, 217.693 contavam com o serviço, ou seja, 99,61%.

Nossa Senhora do Socorro apresenta uma situação semelhante da capital, na qual, dos seus 45.322 domicílios, 42.709 tinham acesso a esse serviço em 2010, cerca de 94,24%, já no segundo censo, do total de 67.055 domicílios, 65.145 desfrutavam de seus usos, em torno de 97,15%.

São Cristóvão apresenta um menor percentual de domicílios com coleta de lixo. Em 2010, contava com cerca de 18.150 domicílios de 22.379 contemplados com a coleta, ou seja, 81,06%. Em 2022, a situação deu uma melhorada. Dos seus 33.278 domicílios, 30.747 estavam assistidos, o que representa cerca de 93,38%.

Barra dos Coqueiros, comparado ao anterior, aumentou em menor percentual o número de domicílios com coleta de lixo. Para se ter uma noção, de seus 6.846 domicílios, em 2010, 6.540 estavam recebendo a coleta, o equivalente a 95,53%, enquanto em 2022, dos seus 14.529 domicílios, 14.360 tinham seus lixos coletados, cerca de 98,84%.

As tabelas 1 e 2 apresentadas a seguir nos permitem observar esses mesmos dados de forma organizada e comparativa, com o objetivo de melhor análise e entendimento da situação dos municípios e, conseqüentemente, dos seus domicílios. Nesse sentido, podemos notar que houve um aumento significativo de um censo para o outro, sobretudo com relação à rede de esgoto nos municípios de São Cristóvão e da Barra dos Coqueiros.

No que tange ao abastecimento de água e à coleta de lixo, o que se nota em sua totalidade é um aumento, mesmo que tímido, como no caso de Aracaju, mas ainda assim significativo. A capital, por exemplo, teve uma queda de 0,5% dos domicílios com acesso a água de um censo para o outro; entretanto, os demais serviços e os demais municípios apresentaram um aumento no quantitativo de domicílios com acesso a esses serviços.

Tabela 1
Região Metropolitana de Aracaju – RMA
Número de Domicílios por Rede geral de Água, Esgoto e Coleta de Lixo
2010

Municípios 2010	Número de domicílios	Abastecimento de água		Rede geral de esgoto		Coleta de Lixo	
		Número absoluto	Percentual	Número absoluto	Percentual	Número absoluto	Percentual
Aracaju	169.493	165.958	97,91%	122.385	72,22%	167.841	99,03%
Nossa Senhora do Socorro	45.322	43.878	96,81%	22.783	50,26%	42.709	94,24%
São Cristóvão	22.379	19.628	87,69%	5.755	25,72%	18.150	81,06%
Barra dos Coqueiros	6.846	5.996	87,61%	1.828	26,70%	6.540	95,53%

Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

Tabela 2
Região Metropolitana de Aracaju – RMA
Número de Domicílios por Rede geral de Água, Esgoto e Coleta de Lixo
2022

Municípios 2022	Número de domicílios	Abastecimento de água		Rede geral de esgoto		Coleta de Lixo	
		Número absoluto	Percentual	Número absoluto	Percentual	Número absoluto	Percentual
Aracaju	218.543	212.892	97,41%	176.569	80,82%	217.693	99,61%
Nossa Senhora do Socorro	67.055	65.332	97,43%	35.889	53,50%	65.145	97,15%
São Cristóvão	33.278	29.502	88,65%	13.785	41,43%	30.747	92,38%
Barra dos Coqueiros	14.529	13.386	92,11%	10.249	70,53%	14.360	98,84%

Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

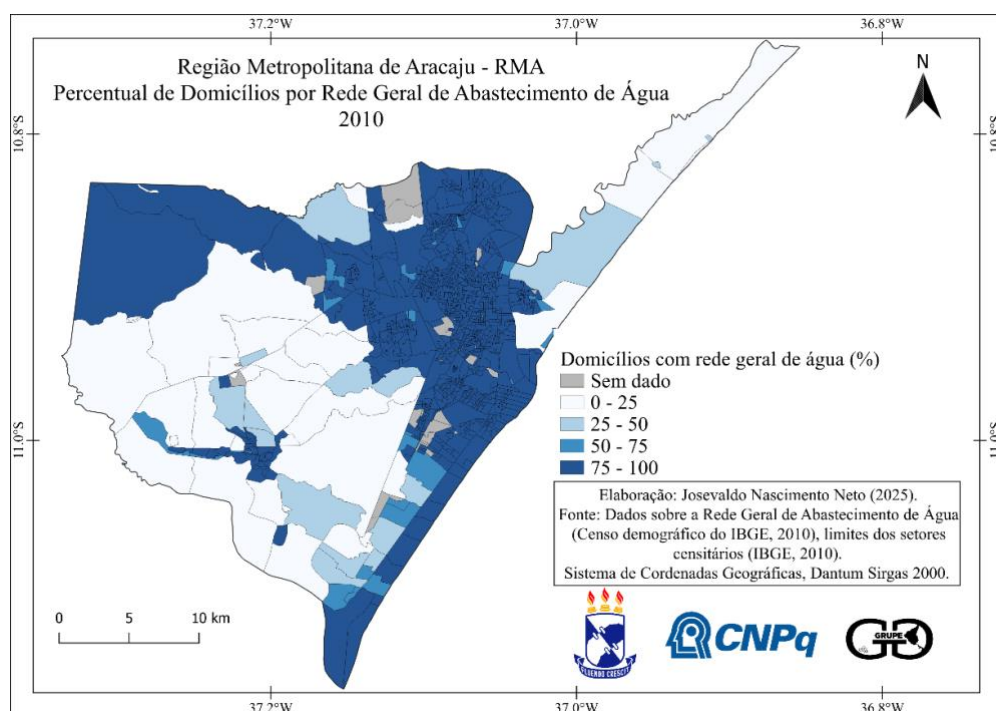
De certo, essa realidade desigual entre os municípios da RMA é algo que já vem ocorrendo, mediante um processo de crescimento desordenado e, conseqüentemente, desigual ao longo de vários anos. Esse processo desigual é fruto de variados fatores, a exemplo da negligência do Estado, que prefere facilitar o crescimento do mercado imobiliário e financeiro, aprovando leis que beneficiam grandes investidores. Como consequência, a população mais pobre apresenta um menor acesso a serviços públicos essenciais. França, S.; Almeida, V.; Cruz, C.; (2022).

2.2 A espacialização da desigualdade na RMA:

Com o objetivo de visualizar os dados apresentados no tópico anterior, foram produzidos mapas por setores censitários que espacializam de forma mais visível as condições dos domicílios presentes na Região Metropolitana de Aracaju. Ao analisá-los, podemos observar mudanças significativas na distribuição de direitos básicos, como acesso a água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, entre os anos de 2010 e 2022.

Observa-se, mediante o mapa 02, que em 2010 a cobertura de acesso à água por meio de rede geral de abastecimento era predominante em quase toda Aracaju, com exceção de alguns bairros da zona sul da capital. A maior parte de seus bairros, como se pode observar, tem mais de 75% de seus domicílios com acesso à rede geral, sendo alguns a chegarem até os 100%, sendo eles localizados nos bairros Centro, Farolândia, Getúlio Vargas, Cirurgia, Bugio, Jardim Centenário, Atalaia, Luzia e outros.

Mapas 02



Já a região Sul de Aracaju se mostrou um pouco mais diversa nesse sentido, a qual parte de seus bairros mais próximos à praia contém mais de 75% de seus domicílios com acesso a água e a parte localizada a oeste, entre 0 - 25%, sendo alguns desses bairros, Robalo, São José dos Náufragos, Areia Branca e Matapoã.

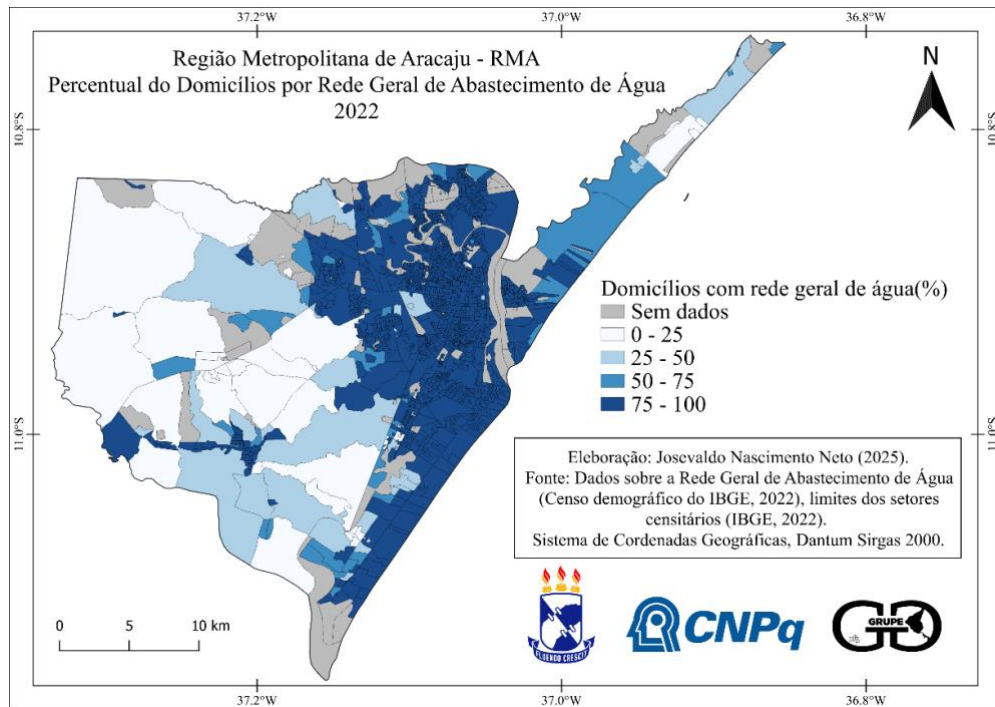
Nossa Senhora do Socorro segue semelhante a Aracaju, em termos de representação espacial, com a maior parte do seu município com acesso à rede geral de abastecimento de água. Segue com grande parte de seus setores acima de 75%, como os bairros São Brás, Marcos Freire I, II e III, Novo Horizonte, Albano Franco e Parque dos Faróis, com exceção da parte norte e de alguns internos com menos de 75%, é o caso do Palestina de Fora, Guajará e Santa Inês.

São Cristóvão segue como o caso mais preocupante, assim como, a Barra dos Coqueiros. Os núcleos urbanos contemplam mais de 75% de acesso à água, com seu centro como destaque, juntamente com Eduardo Gomes, Madre Paulina e Rosa Maria. Já considerando todo o município, nota-se que a maioria das suas malhas tinha menos de 25% de acesso à água em 2010, com algumas ressalvas nos bairros Roza Elze, Irineu Neri e Lourival Batista, com mais de 50% de seus domicílios contemplados.

A Barra dos Coqueiros segue o exemplo de São Cristóvão, com grande parte de seus setores abaixo de 50%. Apenas em poucas áreas ficava acima de 75%. Alguns deles são o Caminho da Praia, Prisco Viana e Governador Marcelo Deda. Com menos de 75%, chegando até abaixo dos 25%, nota-se os bairros Beira Rio, Atalaia Nova, Costa Paradiso e Brisa da Atalaia.

Em 2022, segundo o mapa 3, apesar da mudança aparente, o IBGE fez uma atualização nas malhas censitárias de um censo para o outro, mas houve poucas mudanças. Nota-se que Aracaju e Nossa Senhora do Socorro continuam como as mais “estáveis”, levando em consideração o aumento da população e da expansão urbana.

Mapa 03



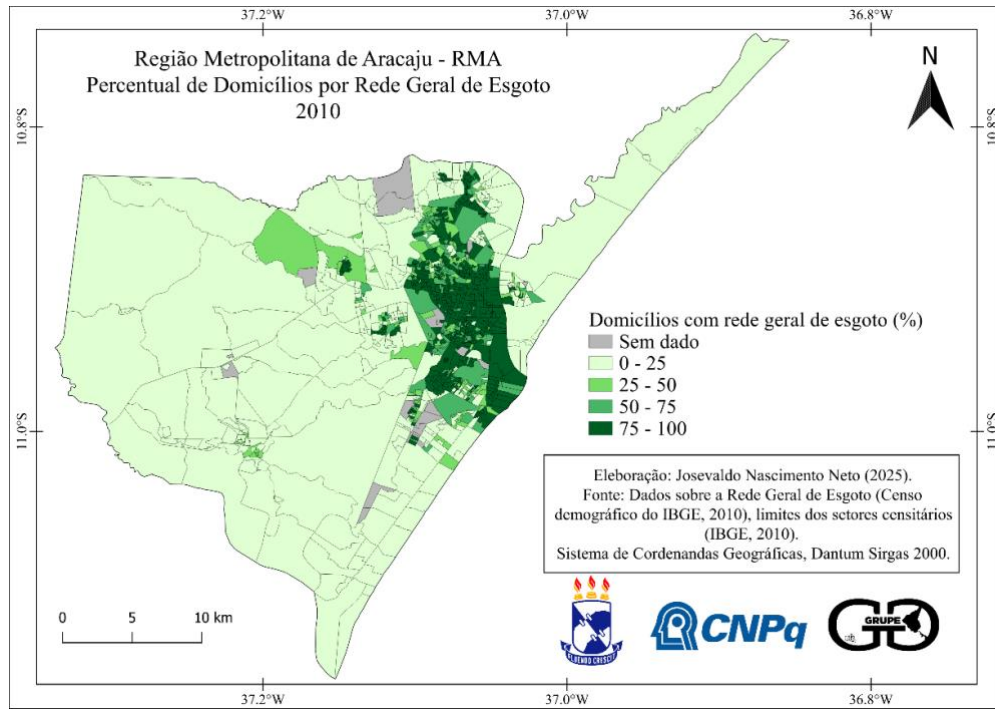
Aracaju segue semelhante ao período anterior, com destaque para seu centro, sobretudo os bairros próximos, com mais de 75% dos seus domicílios contemplados, partes do sudoeste ainda sem muito acesso, além de áreas como o Capucho, abaixo de 25%. Nossa Senhora do Socorro segue também semelhante ao censo de 2010, os bairros antes citados, em 2022, seguem com mais de 75% dos seus domicílios contemplados, já os demais, com menos de 75%.

São Cristóvão continua na pior situação, apresentando um pouco de mudanças no nordeste de seu município e em algumas poucas áreas. Além disso, seu centro segue com o percentual acima de 75%. Barra dos Coqueiros se manteve, comparado a São Cristóvão, mas ainda com a mesma dinâmica de antes, onde seu centro e sua zona de expansão de alto luxo, seguem com as maiores porcentagens e seu interior com menos de 25%.

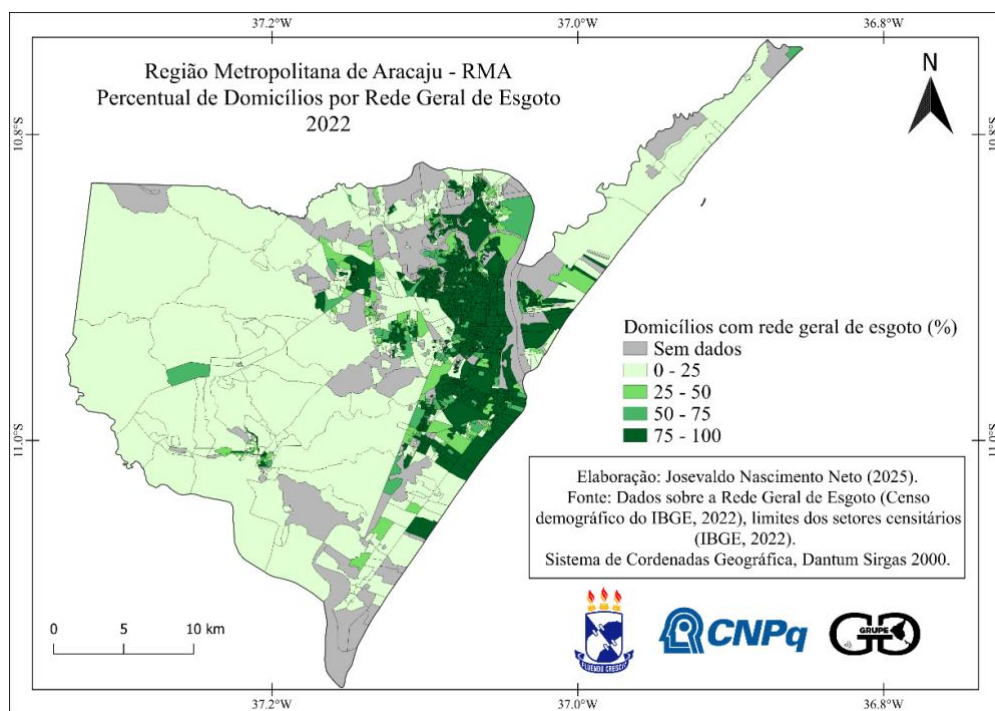
Com relação ao acesso à rede geral de esgotamento sanitário (Mapa 04 e 05), a situação é crítica, como visualizada nos dois censos demográficos, com pequenas alterações. Em 2010, Aracaju tinha boa parte das proximidades do seu centro contemplada pela rede de esgoto, já as áreas mais ao sul apresentavam menos de 25% de domicílios com acesso a esse serviço. Dentre os bairros acima de 75% estão o São José, Getúlio Vargas e Santos Dumont, já os com menos de 25% foram, São José dos Navegantes, Robalo e Areia Branca. Em 2022, a situação apresentou uma pequena melhora. Na capital, sua rede de esgoto se espalhou até alguns pontos no sul de Aracaju, sobretudo nos bairros Aruana e parte do Bairro São José dos Navegantes,

que saíram dos 25% para 75% em 12 anos. Esse fato reflete a expansão dos empreendimentos imobiliários de alto padrão que foram construídos na área.

Mapa 04



Mapa 05



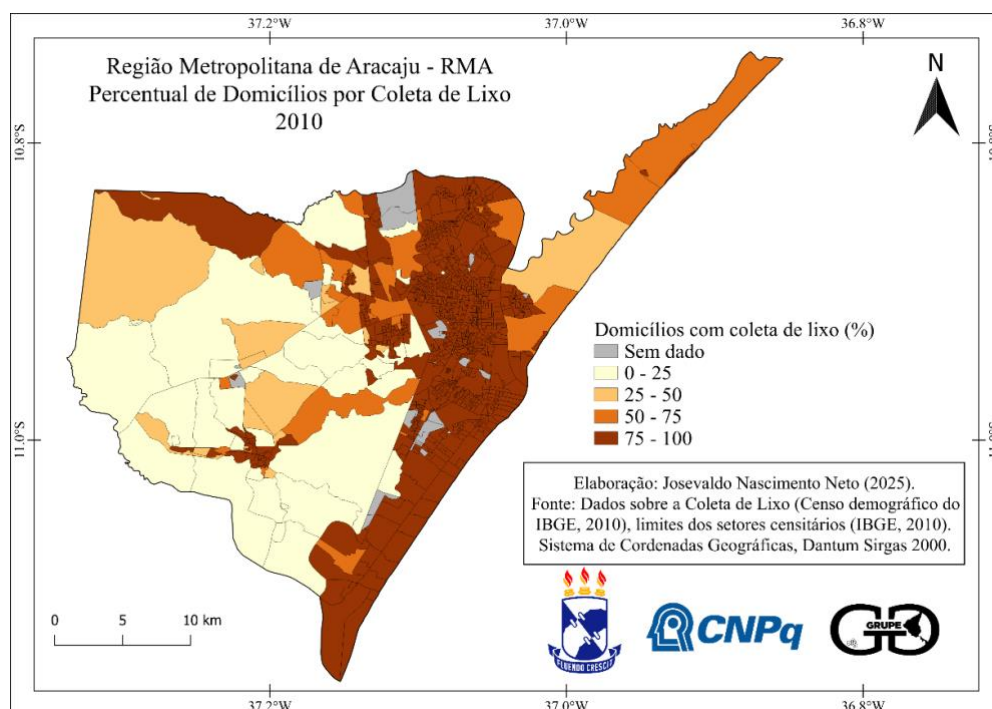
Em Nossa Senhora do Socorro, sua sede, apresentou um percentual com menos de 25% dos domicílios assistidos por esse serviço. Assim, grande parte de seus bairros e domicílios estão nessa situação, sendo eles Taiçoca de Fora e Porto Grande, além de São Brás e Santa Inês com menos de 50%. A exceção se apresenta na parte mais a nordeste de seu município, contando com Marcos Freire I e II como destaque. Em 2022, a situação continua a mesma, com raras mudanças nos bairros Marcos Freire I, II e III, João Alves e Jardim, com mais de 75% de seus domicílios contemplados.

São Cristóvão, em 2010, apresentava quase todo seu município com menos de 25% de seus domicílios com acesso à rede de esgoto, com exceção de alguns bairros como o Centro, Eduardo Gomes, Rosa Elze e Rosa Maria. Já em 2022, sua situação apenas melhorou em seu centro, que passou a contemplar mais de 50% de seus domicílios e nas áreas próximas da UFS.

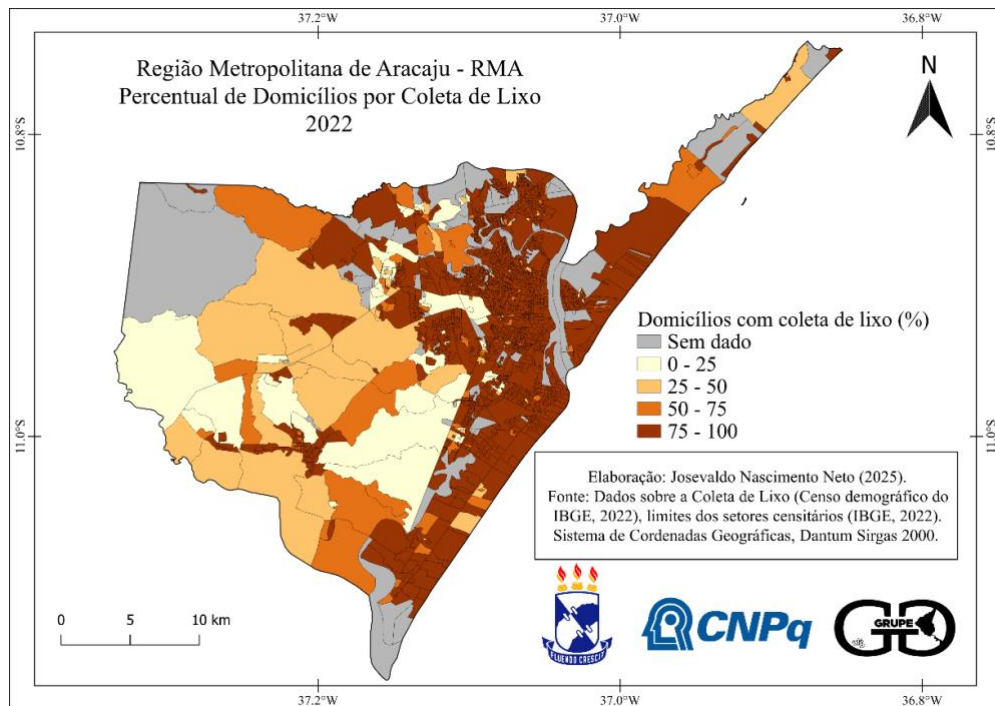
Barra dos Coqueiros, em 2010, tinha as proximidades de seu centro acima de 75%, além do Bairro de Baixo e o Prisco Viana, as demais áreas apresentavam menos de 25%. Já em 2022, essa situação mudou um pouco, o acesso à rede de esgoto chegou a outras áreas do centro e para além dele, como Alphaville, Brisas de Atalaia, Marivam e Olimar.

Com relação à coleta de lixo (Mapa 6), Aracaju se destacou em 2010, com praticamente todos os seus setores com acesso à coleta de lixo, acima de 75%. Já em 2022 (Mapa 7), o acesso ainda continua praticamente unânime, mas com algumas poucas ressalvas no sul da capital.

Mapa 06



Mapa 07



Nossa Senhora do Socorro segue com a maior parte de seu território contemplado com a coleta de lixo, acima de 50% em 2010. Já em 2022, seu progresso foi considerável, tendo em vista alguns setores que antes estavam abaixo de 75% e hoje apresentam-se acima dessa porcentagem.

São Cristóvão, em 2010, demonstrou melhores índices em sua sede e nas proximidades da UFS, as demais áreas estavam abaixo dos 25%. Já em 2022, os locais em destaque no primeiro censo ampliam-se no segundo, expandido para áreas mais interioranas, saindo de 25% para 75%. Barra dos Coqueiros, em 2010, concentrava a coleta em sua sede e em bairros mais ao sul. Já em 2022, esse acesso se amplia para o seu interior com mais de 75% de domicílios contemplados.

O papel do desenvolvimento urbano nessa realidade é, sem dúvidas, um fator fundamental para entender esses dados. O Estado, como já foi citado anteriormente, age enquanto agente produtor do espaço urbano. Suas ações são voltadas ao benefício do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, dos outros agentes produtores. Além disso, sua atuação também perpassa as políticas habitacionais, direcionadas a grupos vulneráveis e objetivando fomentar o mercado imobiliário, seja na valorização do solo ou no investimento no mercado de construção.

Em decorrência dessa dinâmica econômica, as cidades se desenvolvem, atendendo à lógica do mercado, produzindo um espaço urbano precário, sobretudo para as classes baixas, desigualdades socioespaciais, dificuldade de locomoção, e até mesmo degradação ambiental.

Segundo Rolnik, R., Klink, J., (2011), é notório que, para os agentes produtores do espaço, a ação dos governos locais, ou mais especificamente, do Estado, investindo em urbanização ou regulando o território, tem sido benéfica para o mercado como um todo.

Ou seja, o Estado precisa garantir serviços, ao mesmo tempo que mantém a lógica do capital funcionando. Nesse sentido, a privatização desses serviços básicos e a contratação de empresas privadas restringem a reprodução da vida na cidade como direito. Assim, vale destacar que o que acontece nesses casos é uma situação em que os serviços oferecidos não são distribuídos com qualidade, e as empresas que os oferecem visam apenas seus lucros, sem levar em consideração a contemplação do maior quantitativo da população, ou se a área destinada aos empreendimentos populares está adequada.

Percebe-se que, no Brasil, em especial na RMA, os planos diretores de suas cidades não estão sendo atualizados. Isso implica diretamente na forma de expansão e desenvolvimento urbano dos seus espaços, afetando não apenas a população vulnerável, como também áreas ambientais que deveriam ser protegidas. O que acontece é que o governo está mais preocupado em manter a economia e seus financiadores satisfeitos ao invés de atender à população.

Nota-se claramente, mediante os dados expostos, que o cenário presente na Região Metropolitana de Aracaju é desigual, com ainda problemas relacionados a acesso a serviços básicos, principalmente, à cobertura de esgoto, no qual os bairros mais ricos vivem em condições mais adequadas comparados aos de baixa renda. Essa realidade reflete o valor do espaço, na medida em que ele (o espaço) é apropriado e as condições de moradia e de vida revelam a classe social a que cada um pertence. Os mais pobres vão para locais afastados, muitas vezes sem nenhuma estrutura de serviços básicos.

CAPÍTULO III

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA RMA

3.1 As condições dos domicílios:

Mesmo que os aglomerados de pessoas, ao decorrer da história, tenham sido considerados como locais de vivência e reprodução da vida, as relações existentes nesses espaços dentro do mundo moderno adaptaram-se e evoluíram para a lógica comercial e exploratória do capitalismo. Com isso, as cidades também se transformaram em produto, sobretudo, diante de sua condição fragmentada, a qual é facilmente explicada através da lógica da propriedade privada da terra.

Sendo essa uma das mercadorias mais valiosas do capitalismo, deixa de ser pensada enquanto espaço coletivo e passa a ser tratada como uma mercadoria que pode ser comprada e vendida. Assim, esse mecanismo de compra e venda dificulta, na maioria das vezes, o direito à moradia para pessoas mais pobres, obrigando-as a habitar espaços precários e sem saneamento básico, água, energia e outras necessidades essenciais. Sendo assim, como aponta Carlos (2020):

Assim a cidade, produzida como mercadoria orientada pela realização do valor de troca, orienta e define todos os momentos da vida (a partir da posse da habitação), privando o indivíduo de seu conteúdo social, visto que o reino do valor de troca orienta a produção da cidade em função da lógica da acumulação que torna a própria cidade um negócio. (Carlos, 2020, pág. 415)

Vale salientar que a pequena melhoria no acesso aos serviços básicos e o aumento tímido do cobertura do acesso aos mesmos na RMA, observados nos mapas 02, 03, 04, 05, 06 e 07, foram feitos exclusivamente para atender a empreendimentos de alto luxo, e não pensando em justiça social.

Esse fato, somado às políticas habitacionais, mencionadas no início, à privatização do solo e ao Estado neoliberal, transformou e ainda transforma o espaço urbano de forma aterrorizante. Pode-se afirmar que, além de ser um lugar de reprodução capitalista, as cidades também evidenciam em sua estrutura a fragilidade do próprio sistema.

Movidos muitas das vezes pela pressa, alienados pelas redes sociais, ou até mesmo cansados de um dia exaustivo de trabalho, não conseguimos identificar o quanto esse mesmo espaço urbano denuncia constantemente a crise do capital. Seja pela necessidade de construção de empreendimentos para beneficiar as empresas do ramo de construção ou por meio da própria segregação socioespacial.

Com um olhar atento, podemos ver os contrastes sociais existentes no espaço urbano da RMA. Com facilidade encontram-se um ao lado do outro, realidades distintas expressas na paisagem urbana. De um lado, os condomínios e áreas residenciais de luxo, destinados à elite, onde, antes mesmo de sua inauguração, já contam com acesso aos serviços básicos.

Essa realidade encontra sua oposição, do outro lado. Bairros, frutos de segregação, com número considerável de população residente, acompanhados de uma situação precária e com reduzida perspectiva de mudanças qualitativas. Para os políticos, e conseqüentemente, para o Estado, essa população serve apenas como massa de manobra, condicionados pelas políticas de habitação que muitas das vezes, só trazem a essas pessoas endividamento, afastamento da parte mais central da cidade e desassistências de políticas públicas válidas. Como bem aponta Carlos (2020):

No Brasil, a periferia se produz, em si, de forma contraditória, se constituindo de imensas áreas ocupadas por autoconstrução, onde favelas e “ocupações” mostram dramaticamente a existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção da moradia. Seu negativo são as áreas de construção dos “condomínios fechados”, apontando a contradição entre o espaço homogêneo (consequência da extensão do mundo da mercadoria que cria as bases de uma identidade abstrata em contradição com identidades locais produzidas por particularidades históricas que se fundam numa prática socioespacial vivida) e o espaço fragmentado pela propriedade privada do solo. (Carlos, 2020, p.417)

O que se observou no trabalho de campo foi justamente essa paisagem e os contrastes que o modo de produção capitalista deixa no espaço urbano. Mediante as imagens expostas a seguir, podemos notar essa realidade e mensurar que um dos problemas que assola os quatro municípios formadores da RMA é a falta de saneamento básico. A realidade, vista para além dos dados quantitativos, apresentou-se expressiva.

Nas imagens, nota-se uma falta de esgoto, sem nenhum cuidado com a saúde e a segurança pública. Assim como apontado nos mapas 04 e 05, a realidade é pior fora de Aracaju e até mesmo próximas ao seu centro. Seu saneamento apresentou precariedade, sobretudo, em bairros pobres. As exceções localizam-se justamente em logradouros considerados de alto padrão.

Os esgotos a céu aberto, apresentados nas figuras 01, 02, 03 são naturalmente expostos, sem nenhuma sinalização de sua existência, com risco de acidentes para os pedestres e veículos. Já nas demais figuras – 04, 05, 06, 07, pode-se notar a presença de canais de esgoto, sem tratamento. O perigo de saúde e o mau odor oriundo dessas localidades transformam a vivência dos moradores próximos em uma verdadeira tormenta. Além disso, o acúmulo de lixo, próximo

a locais com água parada, pode contribuir sobretudo para o aumento nos casos de dengue na região.

Figura 01
Nossa Senhora do Socorro
Marcos Freire III
Esgoto a céu aberto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 02
Aracaju
Bairro Santa Maria
Esgoto a céu aberto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 03
Aracaju
Porto Dantas
Esgoto a céu aberto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 04
Nossa Senhora do Socorro
Marcos Freire II
Canal sem tratamento de esgoto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 05
São Cristóvão
Eduardo Gomes
Canal sem tratamento de esgoto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 06
São Cristóvão
Rosa Maria
Canal sem tratamento de esgoto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 07
Aracaju
Bairro Porto Dantas
Esgoto a céu aberto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

As condições habitacionais e de infraestrutura, como ruas, calçadas e esgotamento, também vão destoar nessa dinâmica espacial de segregação, ao fazer uma comparação entre uma paisagem urbana de condições precárias, como as apresentadas anteriormente, e outra assistida de estrutura e serviços de qualidade.

Para além disso, a fragilidade no serviço de limpeza foi algo visível durante o trajeto feito em campo. Nesse sentido, pode-se observar, mediante as figuras 08, 09, 10, 11 e 12, que as casas localizadas em bairros de baixa renda são caracterizadas por ruas pouco asfaltadas, com lixo exposto, esgoto a céu aberto, moradias pequenas e estreitas, muitas vezes localizadas em ruas íngremes, tortuosas e cobertas de vegetação. Nas figuras (08, 09, 10, 11 e 12), podemos notar as seguintes situações, tanto nas habitações como em seu entorno.

Figura 08
São Cristóvão
Eduardo Gomes
Rua com Pavimentação precária
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 09
São Cristóvão
Rosa Elze
Rua com Pavimentação precária
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 10
Aracaju
Bairro Industrial
Pavimentação precária
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 11
Aracaju
Bairro Porto Dantas
Pavimentação precários
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 12
Aracaju
Bairro Santa Maria
Construções precários
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Dentre os registros fotográficos apresentados nessa seção, as figuras 13 e 14 são ilustrativas para notar a segregação socioespacial vivida pela população na RMA durante esses anos. Na primeira, observa-se o conjunto habitacional popular, elaborado de forma a atender o maior quantitativo de pessoas. Aparentemente, as habitações se apresentam como adequadas e bem estruturadas, porém, na figura 14, podemos notar um canal sem tratamento de esgoto envolto de lixo, e ao fundo da figura, a aproximadamente 700 metros, é possível identificar o mesmo conjunto habitacional. Como afirma Carlos (2014):

Nesta condição, a morfologia urbana espelha uma hierarquia social bem definida, na medida em que a habitação é a forma mais imediatamente visível das diferenciações de classe no espaço, além de apontar o processo de concentração da riqueza. (CARLOS, 2014, p. 31)

Essa realidade não está isolada, a figura 15, por exemplo, se insere em meio à cidade, ou seja, por mais que o cenário não aparente, essa realidade ainda com as chamadas “estradas de chão”, sem esgotamento, com casas mal estruturadas e uma rua estreita se encontra dentro do espaço urbano.

Figura 13
Aracaju
Bairro 17 de Março
Conjunto habitacional
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 14
Aracaju
Bairro Santa Maria
Canal sem tratamento de esgoto
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 15
Nossa Senhora do Socorro
Marcos Freire III
Ausência de calçamento
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Em outra realidade, como as apresentadas nas figuras 16, 17, 18 e 19, mesmo com um cenário bem estruturado, comparado as figuras anteriores, sua realidade se insere no debate acerca dos conjuntos habitacionais, sobretudo, por serem considerados habitações populares, e estarem inseridos em uma dinâmica mais simples, comparada às localidades de luxo. Com isso, o capitalismo mante sua lógica de reprodução, resultando em diferentes formas e paisagens. Como afirma Limonad (1999):

A cidade, o espaço urbano, assim passa a integrar a paisagem geográfica do capital enquanto parte necessária de um espaço social complexo e pleno de contradições que simultaneamente estimula e obstaculariza o desenvolvimento e reprodução das relações sociais de produção a nível geral, num movimento de construção de novos espaços e destruição / apropriação de espaços pretéritos. (Limonad, 1999, p. 78)

Figura 16
Nossa Senhora do Socorro
Bairro São Brás
Condomínio residencial Belas Artes
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 17
Nossa Senhora do Socorro
Bairro São Brás
Bel Rio residence
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 18
Barra dos Coqueiros
Bairro Rio das Canas
Villas da Barra
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 19
Barra dos Coqueiros
Bairro Rio das Canas
Portal da Barra
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

As figuras mostram que a paisagem urbana apresenta as características, conforme as condições materiais de seus moradores e a ação do poder público, que produz uma urbanização excludente. Segundo Carlos (2007), essa paisagem vai revelando esse processo, os lugares da metrópole vão se diferenciando pela sua fisionomia, dentre elas a cor das áreas “ricas”, caracterizada por uma tonalidade verde de vegetação abundante, com casas amplas e de diferentes tamanhos e estilos, e com ruas quase sempre vazias. Carlos (2014), ainda firma no livro, *Um novo planejamento para um novo Brasil?* que:

Na morfologia da cidade, os fragmentos vão ganhando nova lógica através de novas formas, tais como a construção de condomínios fechados – a mais nova forma de moradia que assola a cidade –, os conjuntos habitacionais destinados à população de baixo poder aquisitivo, “os cingapuras”, as favelas, os bairros de classe média com suas ruas fechadas com guaritas privatizando e impedindo a passagem com blocos de cimento. (Carlos, 2014, p.31)

Na contramão da realidade exposta, temos as áreas consideradas de alto padrão e para a população que tenha poder aquisitivo correspondente a essas habitações. Alguns localizam-se afastados do centro, objetivando atender aos grupos com maiores rendimentos que já não se sentem bem nas áreas centrais, e outros, localizados em bairros oriundos de novas centralidades, as quais detêm serviços que atendem aos padrões dessa mesma classe. Segue abaixo a realidade capturada em foto, apresentadas nas figuras 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26.

Figura 20
Barra dos Coqueiros
Bairro Alphaville
Condomínio de alto padrão³
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

³ Define-se como condomínio de alto padrão aquele que oferece uma arquitetura inovadora, localização privilegiada, alto nível de segurança, infraestrutura completa e acesso a serviços essenciais.

Figura 21
Barra dos Coqueiros
Bairro Brisas de Atalaia
Condomínio de alto padrão
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 22
Aracaju
Bairro Aruana
Condomínio de alto padrão
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 23
Aracaju
Bairro Aruana
Condomínio de alto padrão
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 24
Aracaju
Bairro Aruana
Condomínio de alto padrão
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 25
Aracaju
Bairro Aruana
Condomínio de alto padrão
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

Figura 26
Aracaju
Bairro Jardins
Condomínio de alto padrão
2025



Fonte: Josevaldo Nascimento Neto, ago 2025.

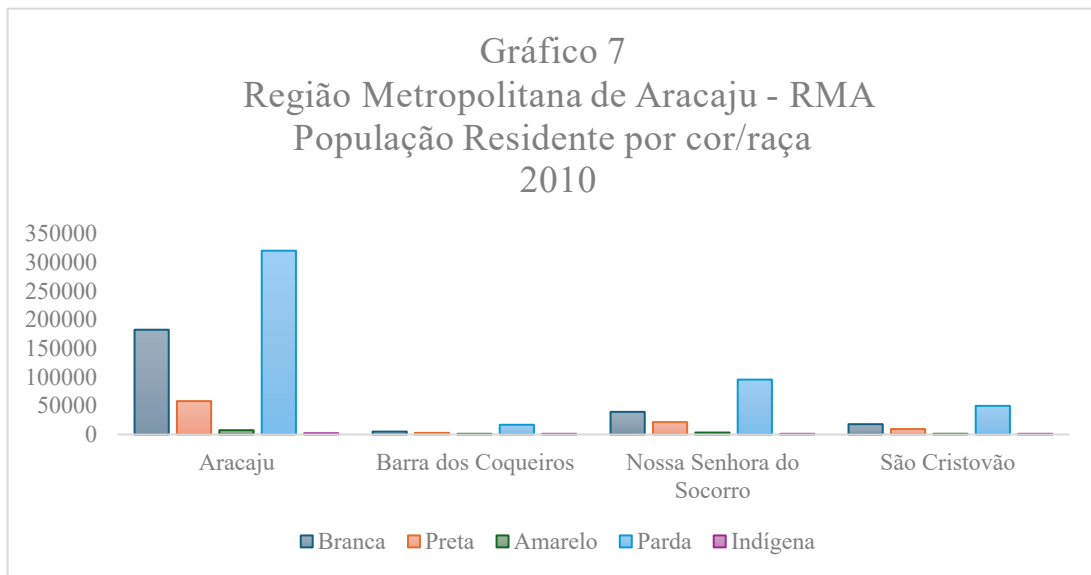
3.2 Os grupos sociais afetados:

A disparidade observada nestes últimos condomínios é alarmante, onde podemos notar nas figuras, realidades totalmente distintas: ruas largas, com estrutura, calçamento, casas largas e compridas, em algumas áreas, quase não se encontra a verticalização, algo imposto aos conjuntos habitacionais populares, além da presença de serviços que a maioria da população não teria condições de adquirir.

A pergunta que podemos nos fazer após essa análise é a seguinte: quais grupos, além dos diferenciados por classe social, podem ser visualizados nessas áreas expostas nas figuras? A resposta vem da própria formação política, social e econômica do Brasil, um país fruto de exploração e colonização estrangeira, o qual foi palco de um dos maiores desastres humanos da história, a escravidão, em que, os seus 300 anos têm efeitos na estrutura socioeconômica da população brasileira, até os dias de hoje. Essa afirmação é muito bem visualizada e espacializada ao decorrer do texto, uma vez que podemos notar que onde se encontra o maior número de pessoas brancas, são justamente as localidades em que o acesso a serviços básicos e a estrutura urbana se apresenta com melhor qualidade. Assim como afirma Carlos (2014):

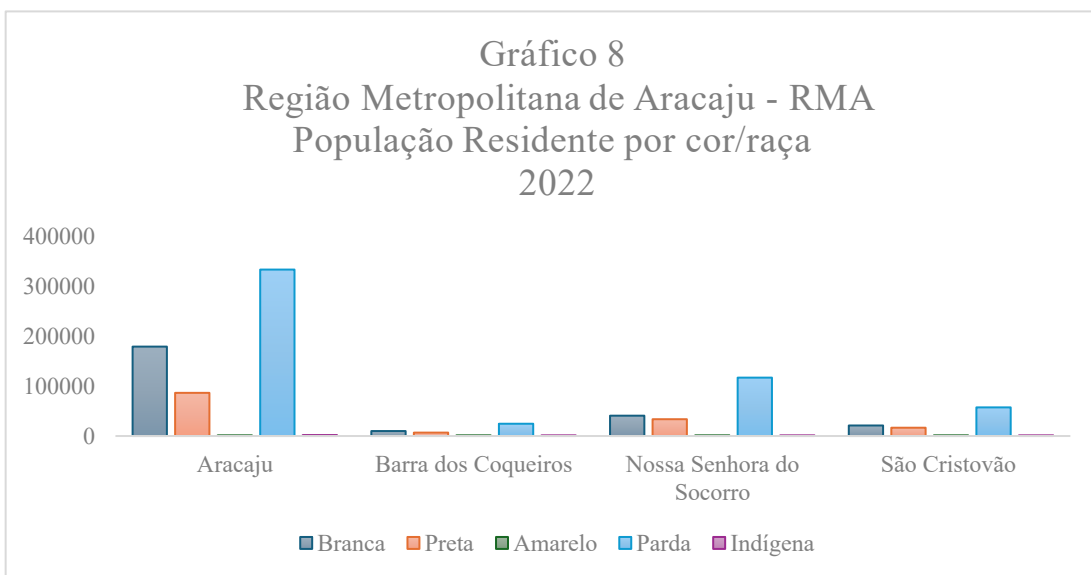
Sob o capitalismo, a desigualdade se expressa na concentração da riqueza nas mãos de uma classe – que, em seus desdobramentos, se materializa no espaço, nos termos e orientação de sua produção social que define o lugar de cada um a partir do acesso à habitação e de tudo o que ela implica (contemplando os espaços-tempos de realização da vida humana). (Carlos, 2014, p. 28)

Em contrapartida, mesmo as pessoas que autodeclararam pretas e pardas nos últimos dois censos (gráficos 07 e 08) tenham se constituído como maioria da população residente na RMA, quando comparado com os mapas de 02 – 07, nota-se que essas pessoas, habitam as áreas onde os serviços básicos são precários ou não existem.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

Nesse viés, levando em consideração as afirmações expostas, segundo dados do censo demográfico coletados por meio de SIDRA-IBGE, em 2010, Aracaju contava com cerca de 571.149 habitantes, desses, a grande maioria se autodeclarava como pardos, numericamente falando, cerca de 320.589, o que representa 56,08% da população aracajuana. Seguindo, vem a população branca, com um total de 182.713, o que equivale a 31,98%. Em terceiro lugar, as pessoas pretas, com 58.199, cerca de 10,19%. Já as autodeclaradas, como amarelas e indígenas, seguem com as menores taxas, a primeira com 7.455 e a segunda com 2.175, representando 1,31% e 0,38%, respectivamente.

Em Nossa Senhora do Socorro, os números seguem a mesma ordem da anterior, sendo as pessoas pardas com maior quantitativo. Dos seus 160.827 habitantes, cerca de 95.704 se declaram como tal, representando 59,50% da população. Em seguida, as pessoas brancas, com 39.455, o que representa 24,53%, as pessoas pretas ficam em terceiro, com 21.538, equivalente a 13,39%, os autodeclarados amarelos e indígenas são 3.384 (2,10%) e 736, (0,46%), respectivamente cada.

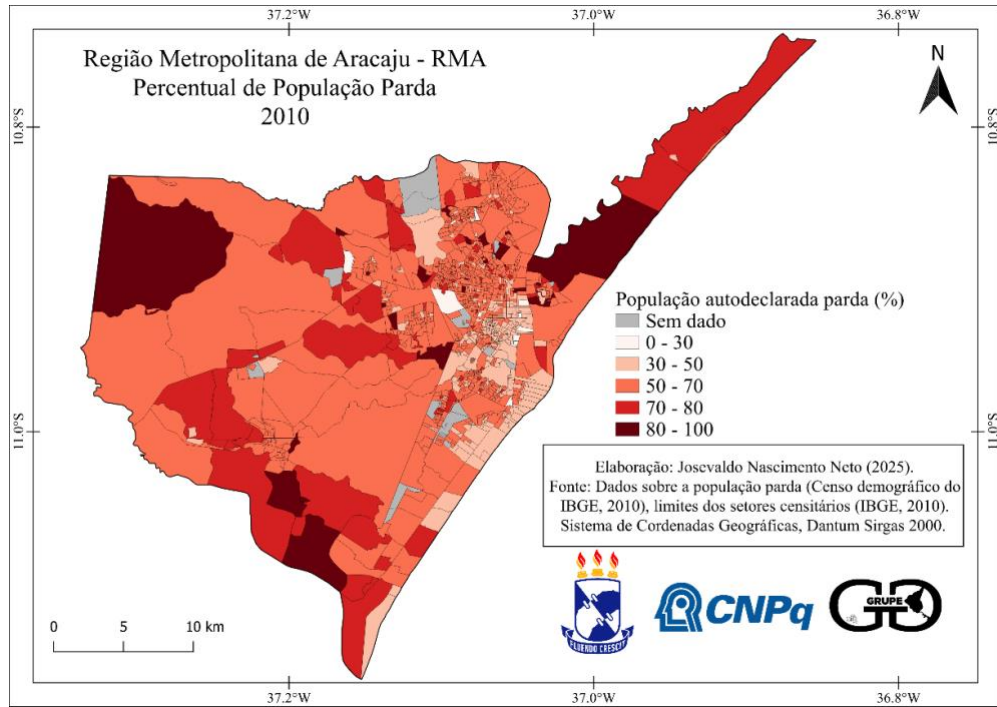
São Cristóvão segue com 63,30% de sua população parda, representando 49.918 dos seus 78.864 habitantes, seguida de brancos, com 17.948 (28,76%), pretos, com 9.466 (12,00%), amarelos, com 1.223, (1,55%) e indígenas com 309 (0,39%). Já na Barra dos Coqueiros, dos seus 24.976 habitantes, 16.910 são pardos, cerca de 67,70%, os outros dividem-se entre 5.015 brancos (20,08%), 2.752 pretos (11,02%), 47 indígenas (0,19%) e 252 amarelas (1,01%).

Em 2022, quando falamos sobre a Região Metropolitana de Aracaju, nota-se que o número da população teve um aumento. Na capital, por exemplo, houve um aumento de sua população, para 602.757 habitantes. O número de pessoas pardas, nesse último censo é predominante, com cerca de 333.766, (55,37%) seguida por brancos, com 179.290, (29,74%) pretos com 86.557, (14,36%) indígenas com 1.894 (0,31%) e amarelos, com 1.223 (0,20%).

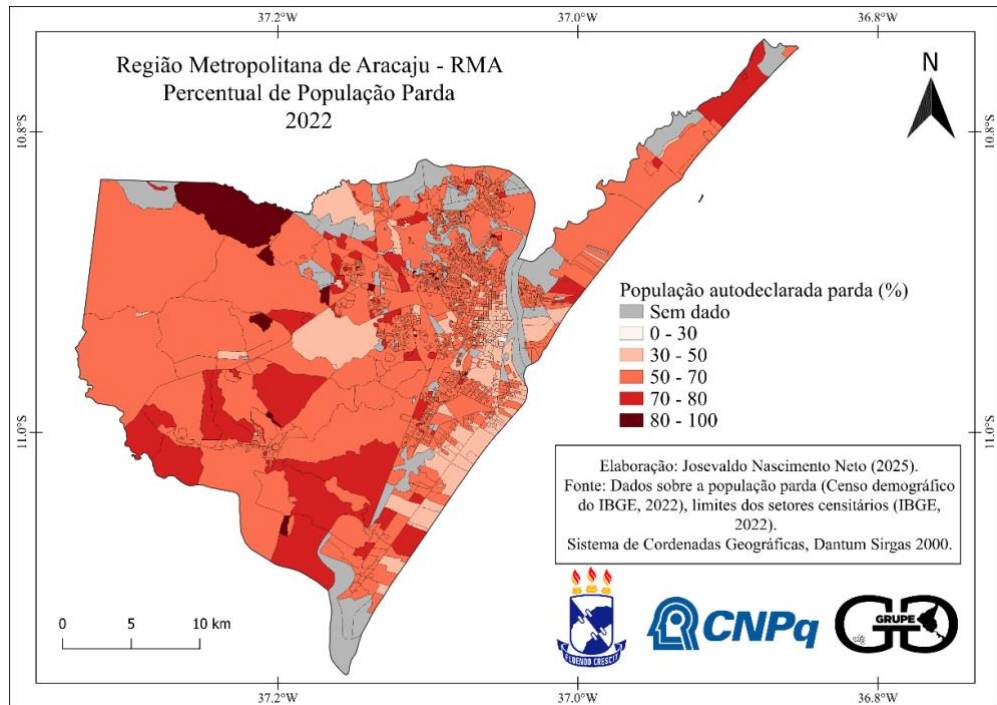
Nossa Senhora do Socorro segue com uma população que chegou a 192.330 habitantes. No que se refere às pessoas pardas houve um aumento para 117.081 (60,87%), já as brancas, 40.779 (21,20%), as pretas, com 33.687 (17,51%), seguido por indígenas, com 476 (0,24%), e amarelos com 304 (0,15%).

São Cristóvão, com um aumento de 95.612, registrou cerca de 57.416 pessoas que se autodeclararam como pardas (60,05%), 21.104 brancas (22,07%), 16.635 pretas (17,39%), 251 indígenas (0,26%) e 194 amarelas (0,20%). Na Barra dos Coqueiros, houve um aumento de 24.976 para 41.511, desses, 24.606 são pardos (59,27%), 9.955 brancos (23,98%), 6.819 pretos (16,42%), 105 indígenas (0,25%) e 26 amarelos (0,06%).

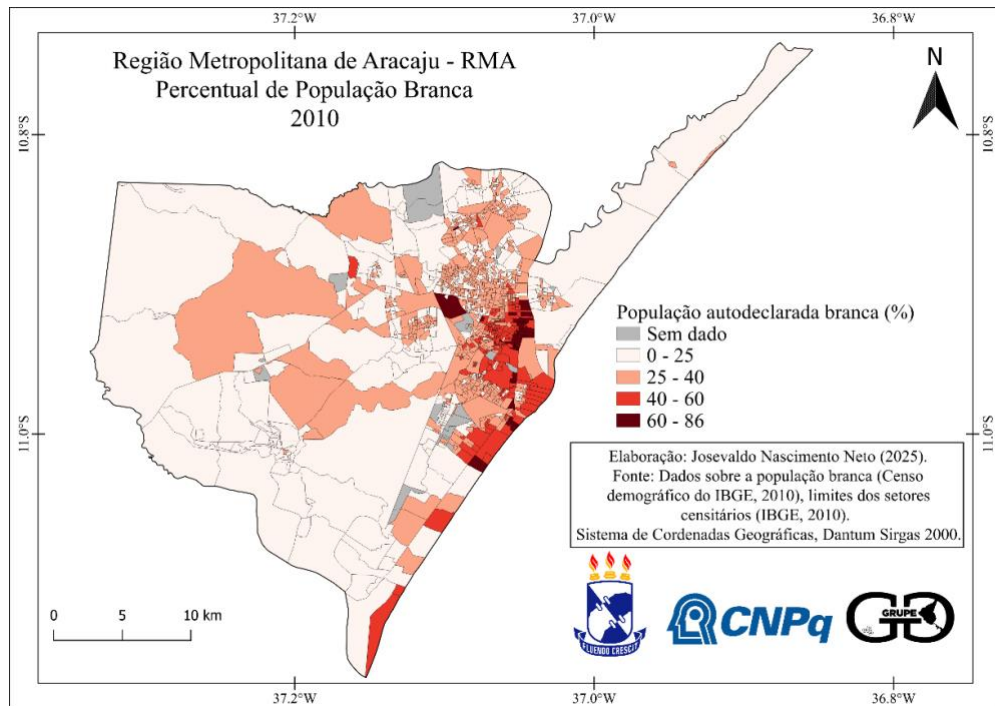
Mapa 08



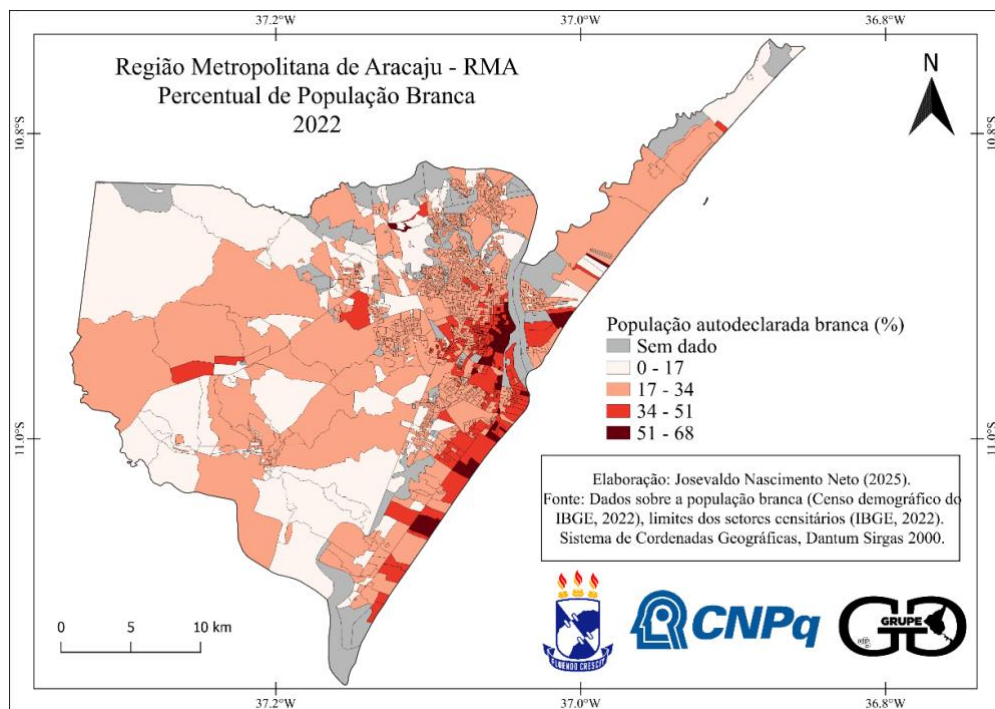
Mapa 09



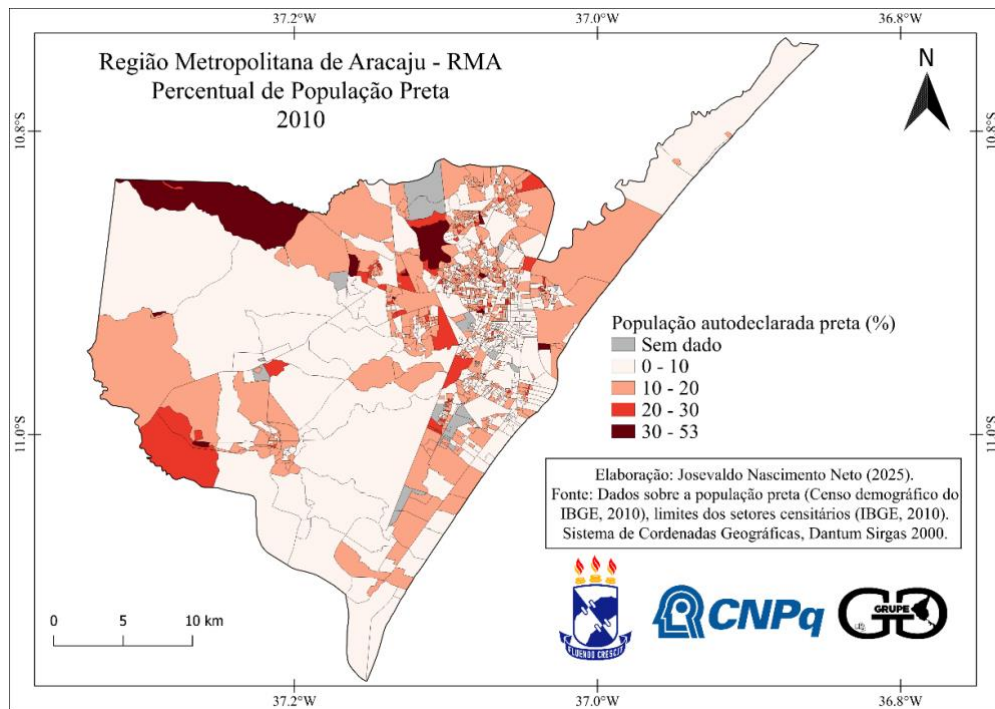
Mapa 10



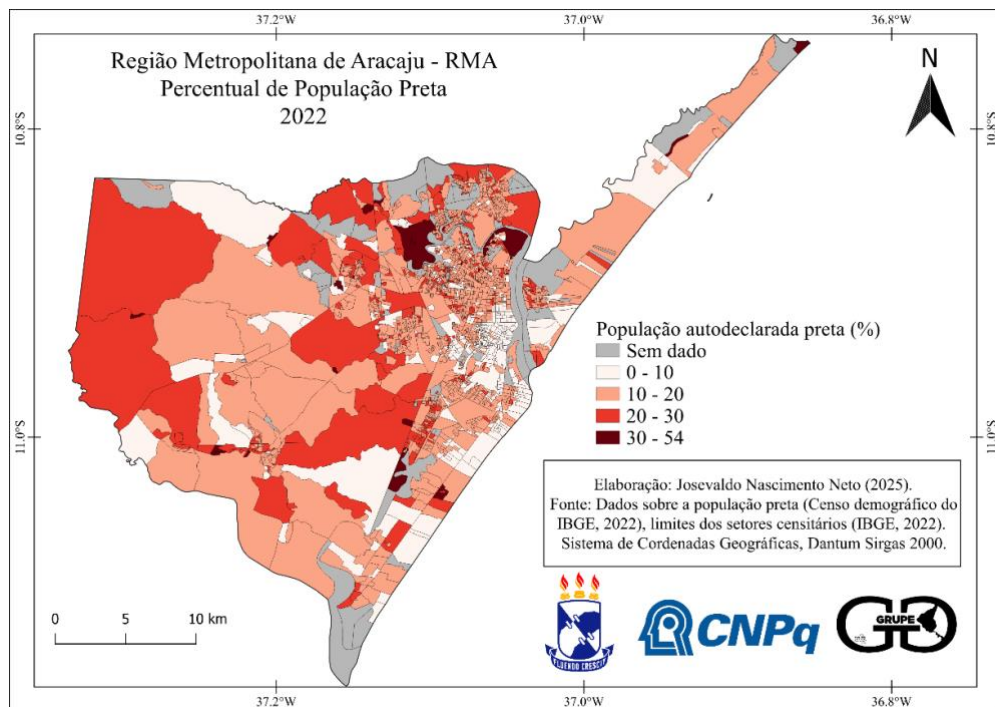
Mapa 11



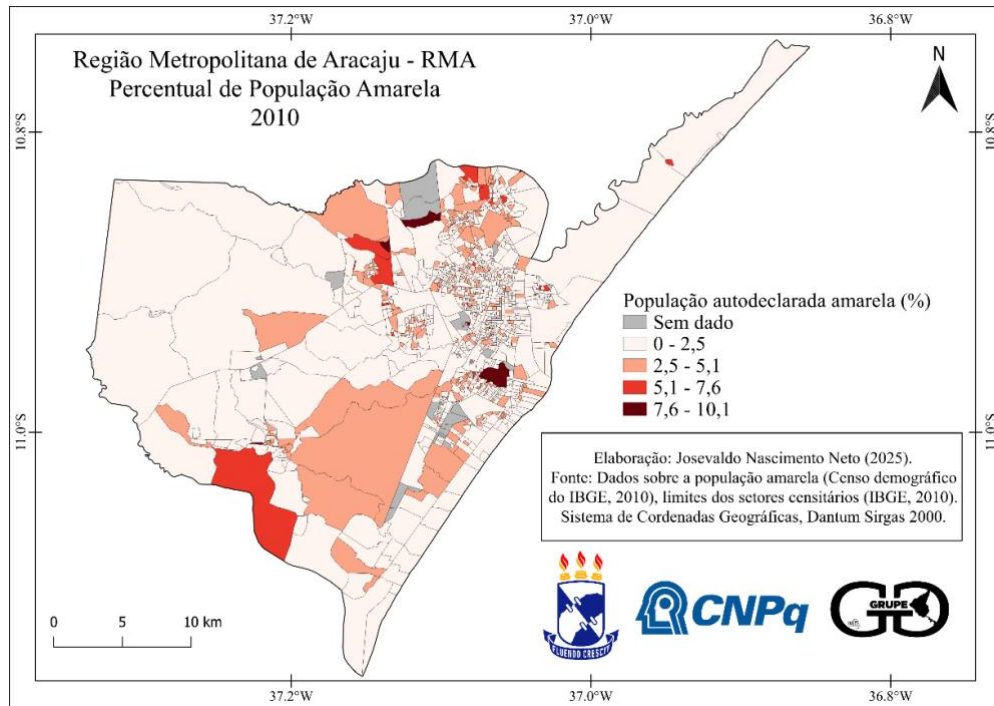
Mapa 12



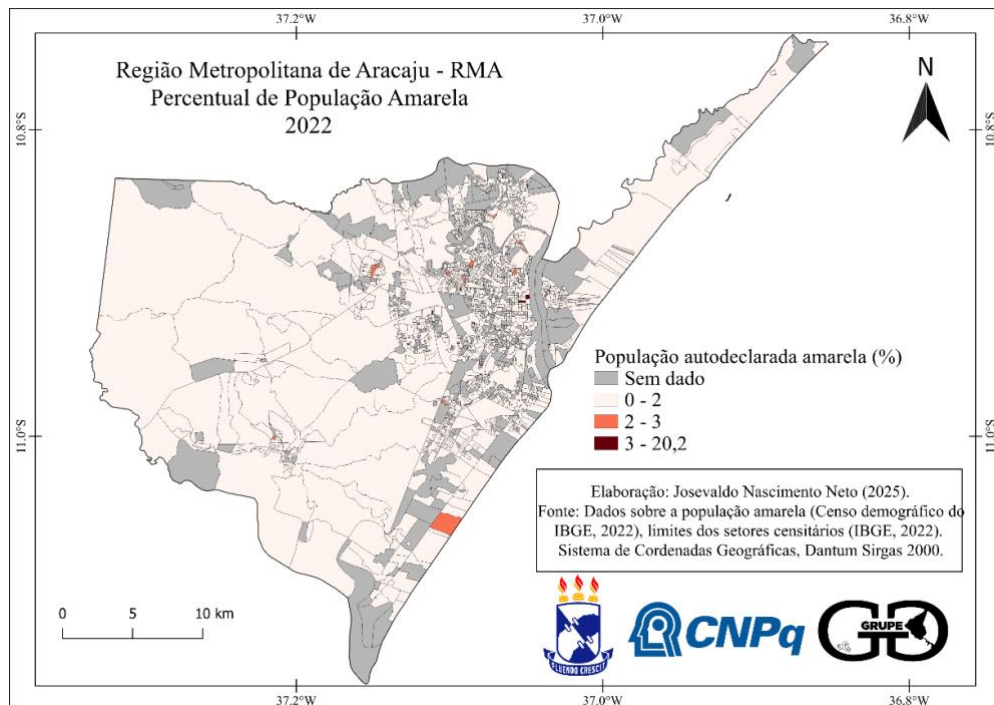
Mapa 13



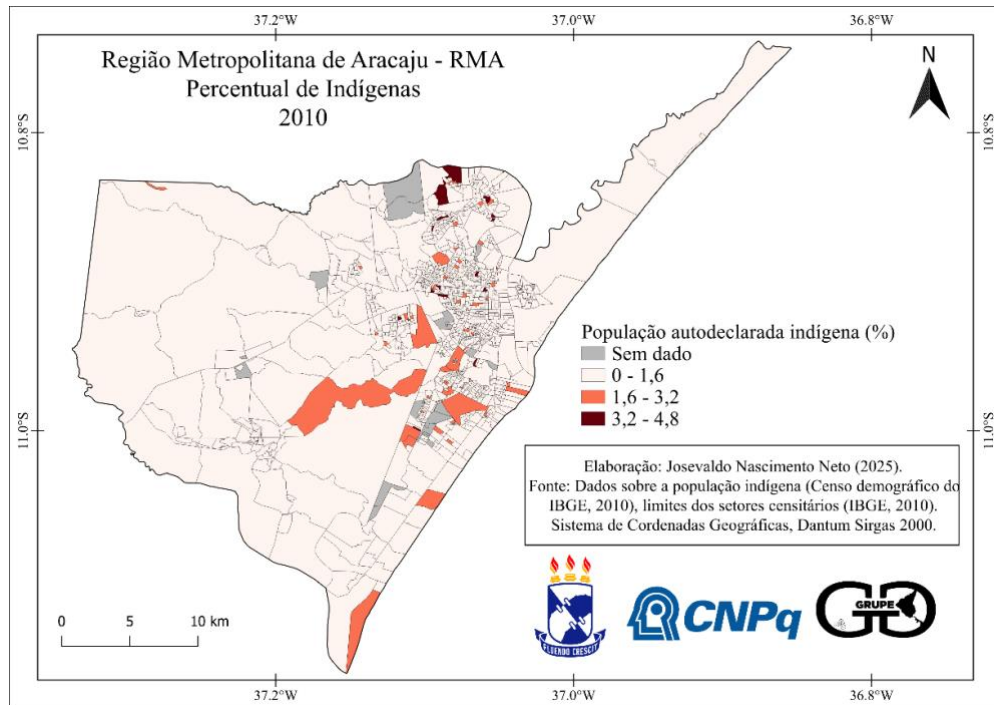
Mapa 14



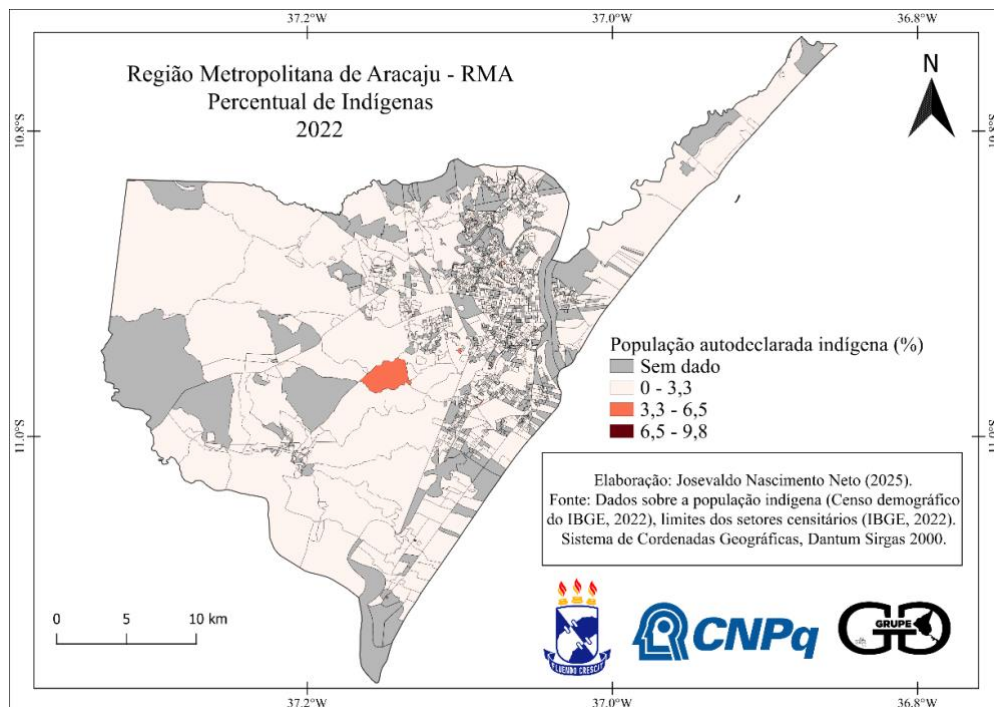
Mapa 15



Mapa 16



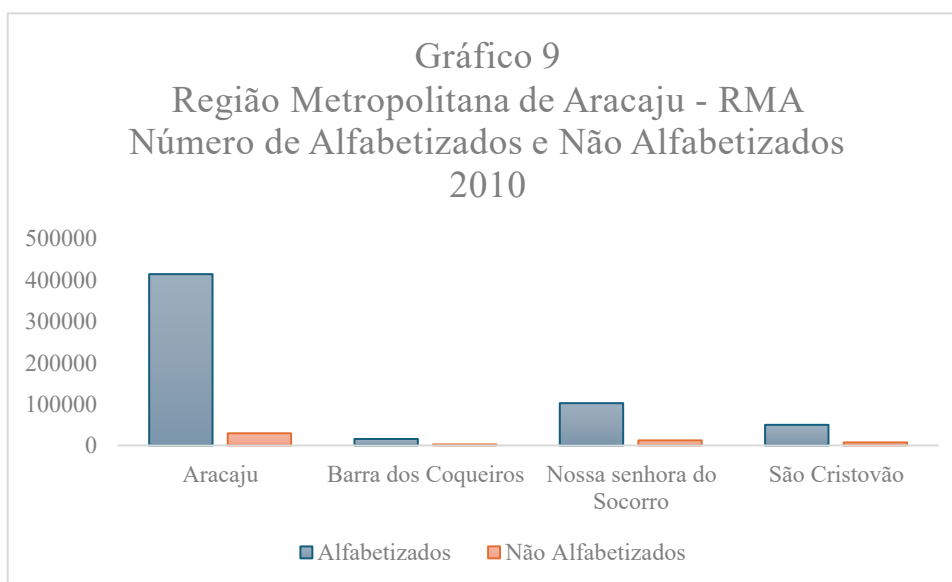
Mapa 17



Um outro dado que espacializa e contribui para esse debate é quantitativo de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas, acima de 15 anos, apresentados nos gráficos 9 e 10, além de sua representação cartográfica nos mapas 18 e 19. À primeira vista, apresenta um diferencial um tanto quanto “imperceptível”. Entretanto, ao ter acesso a esses mesmos números, verifica-se que Aracaju, em 2010, contava com cerca de 413.903 de sua população alfabetizada, e 29.333 não alfabetizada. No último censo, 464.900 estavam alfabetizados, um aumento de apenas 12,32% comparado há doze anos, que era de 25.611 analfabetos.

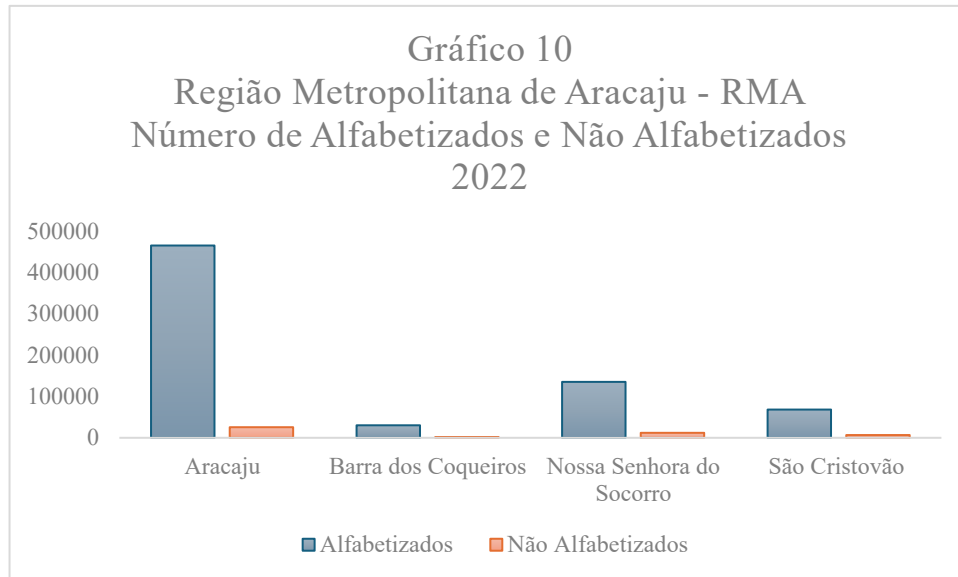
Em Nossa Senhora do Socorro, segundo o censo de 2010, foram contabilizadas cerca de 102.194 da sua população alfabetizada, enquanto que 12.240 não era. Já em 2022, o número de alfabetizados subiu para 135.208, um aumento de 32,30%, ao passo que 12.035 eram analfabetos.

São Cristóvão, em 2010, contava com 49.811 pessoas alfabetizadas e 7.313 não alfabetizados. Já em 2022, 68.272 de sua população estava alfabetizada, um aumento de 37,07%, ao mesmo tempo, 6.674 eram analfabetos. Na Barra dos Coqueiros, 15.666 da sua população em 2010 era alfabetizada, ao mesmo tempo que, 2.404 não são alfabetizadas. Já em 2022, cerca de 30.245 eram alfabetizados, enquanto 1.952 não eram alfabetizados. Por meio dos mapas, o crescente número de alfabetizados torna-se ainda mais visível de um censo para o outro.



Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

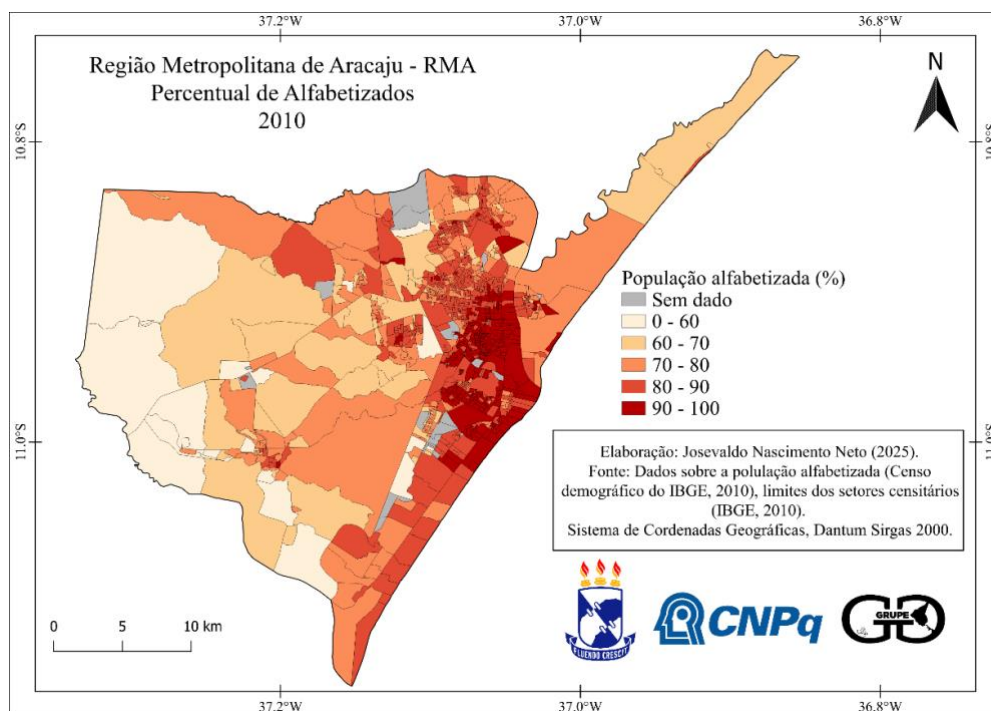
Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.



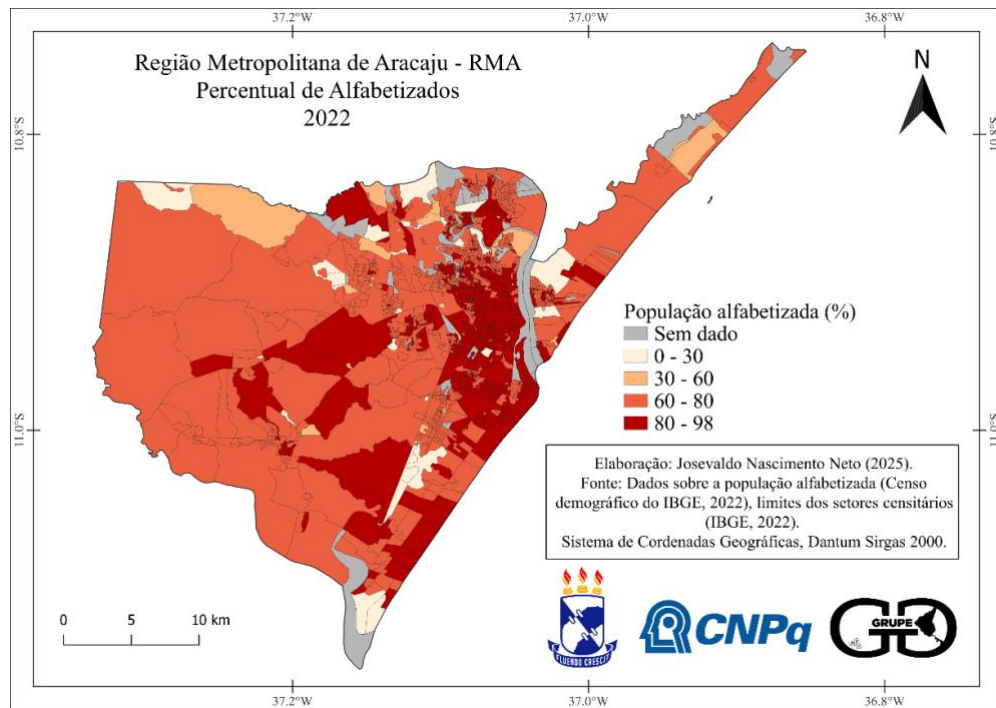
Fonte: SIDRA – IBGE, 2025.

Elaboração: Josevaldo Nascimento Neto.

Mapa 18



Mapa 19



Certamente, o nível educacional de uma população diz muito sobre sua localidade, região, país ou município. A variável alfabetização presente nesse trabalho possibilita enxergar que, por maior que seja o quantitativo de pessoas alfabetizadas na RMA, a realidade espacializada apresentou, além de uma melhora nos índices, uma desigualdade socioespacial considerável.

Desse modo, pode-se analisar que as áreas com maior número de pessoas alfabetizadas são justamente as áreas em que têm melhor assistência dos serviços básicos, além de apresentar a maior concentração de pessoas brancas na região. Na contramão dessa afirmação, estão os locais com menor assistência, que coincidem com o quantitativo menor de pessoas alfabetizadas e onde estão localizadas as pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a Região Metropolitana de Aracaju e as desigualdades socioespaciais a partir do estudo da situação dos seus domicílios por meio dos dados secundários do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010 e 2022). Assim, buscou-se compreender, mediante a caracterização, espacialização e análise da situação dos domicílios da RMA, a relação entre desenvolvimento urbano e desigualdades socioespaciais na RMA.

Assim, a pesquisa partiu da hipótese de que o desenvolvimento urbano na Região Metropolitana de Aracaju, impulsionado por políticas habitacionais de interesses capitalistas, tem gerado uma distribuição desigual dos serviços básicos, como acesso a água, saneamento básico e coleta de lixo, materializada também nas condições habitacionais presentes nos quatro municípios que compõem a região.

Nesse sentido, a pesquisa revelou que a realidade urbana estudada na Região Metropolitana de Aracaju – RMA, acerca da desigualdade socioespacial, é resultado da dinâmica do capitalismo, o qual molda a realidade de qualquer espaço para atender seus interesses econômico e financeiro.

De certo, a situação dos domicílios na RMA é considerada precária, carente de estrutura e de serviços básicos. A contradição se apresenta sobretudo quando se comparam bairros pobres a ricos, imbuídos de condições distintas entre si, feitas e pensadas para grupos diferentes, sem levar em consideração a justiça social.

Outro fato importante a ser considerado é acerca da evolução dos serviços básicos entre os censos de 2010 – 2022, isso porque se nota que algumas áreas, como o sul de Aracaju, apresentaram uma tímida melhoria em sua situação quando vista por meio dos mapas, entretanto, essa mudança é resultado justamente do tipo de moradia que lá se expande, as de alto padrão, destinadas à classe alta da população, enquanto em outros locais a realidade continua semelhante, sem modificações.

Além disso, pode-se perceber que as áreas com maior número de pessoas brancas, são locais onde a população tem melhor assistência nos serviços básicos, ou nas quais esses mesmos condomínios de luxo estão se expandindo, não apenas na capital, mas também na Barra dos Coqueiros. Consequentemente, as áreas e bairros mais precários, populares e com menor assistência do Estado são onde se localiza o maior número de pessoas pretas, pardas e com menor nível de escolaridade.

Desse modo, este trabalho contribui de forma crítica para o debate da desigualdade socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju, por meio da atualização dos dados, acompanhada de uma produção cartográfica que espacializa os mesmos e expõe os focos de desigualdade na área de estudo. Além de oferecer dados que possam contribuir para pesquisas futuras e para o melhor entendimento da situação dos domicílios na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARACAJU. **Lei Complementar N° 25, de dezembro de 1995**. Cria a Região Metropolitana de Aracaju e dá providências correlatas. Aracaju: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 1995. Disponível em: <https://al.se.leg.br/Legislacao/Complementar/1995/C00251995.pdf>.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, Ester. In: CASTRO, Edna Ramos (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25–39.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Segregação Socioespacial e o “direito à cidade**. GEOUSP (On-line), São Paulo, v. 24, n. 3, p. 412–424, set./dez. 2020.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- FRANÇA, Sarah Lúcia Alves; ALMEIDA, Viviane Luise de Jesus; CRUZ, Catharina Nunes. **Produção da moradia pelo capital e reestruturação espacial da Região Metropolitana de Aracaju**. In: FRANÇA, Sarah Lúcia Alves (Org.). Reforma Urbana e Direito à Cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado & Metropolização**. São Cristóvão: Editora – UFS, 1999.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- LIMONAD, Ester. **Reflexões Sobre o Espaço, o Urbano e a Urbanização**. Niterói: GEOgraphia, 1999.
- NOVACK, George. **An Introduction to the Logic of Marxism**. 5. ed. Nova York: Merit Publishers, 1969.
- ROLNIK, Raquel; KLINK Jeroen. **Crescimento Econômico e Desenvolvimento Urbano: Por que nossas cidades continuam tão precárias?** São Paulo: Novos estudos, pág. 89-109, 2011.
- SANTOS, Mário Jorge Silva. **A (Re)produção da Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE): Interfaces da Ação do Estado e do Capital**. 2018. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- SANTOS, Mário Jorge Silva. **Segregação Socioespacial e a Política Habitacional na Região Metropolitana de Aracaju (SE)**. Aracaju: Editora SEDUC, 2021.
- SANTOS, Mário Jorge Silva; SANTOS, Ana Rocha. **Territórios de Segregação Socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (RMA): Estado e Políticas de Habitação**. In: GRAÇA,

Tereza Cristina Cerqueira; CRUZ, José Vieira; FERRONATO, Cristiano (Org.). Dossiê Espaço Urbano. nº 51, v. 1, Aracaju: IHGSE, p. 121-154, 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.